



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS.**



**MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E
DOS POVOS INDÍGENAS.**

JARDELINA GARCIA SANTANA

**A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA PERSPECTIVA DA
LEI 10.639/03 EM DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE AMARGOSA-BA.**

**CACHOEIRA-BA
2016**

JARDELINA GARCIA SANTANA

**A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA PERSPECTIVA DA
LEI 10.639/03 EM DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE AMARGOSA-BA.**

Relatório Científico final apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Dr.º Emanuel Luíz Roque Soares.

Co-Orientador: Dr.º Cláudio Orlando Costa do Nascimento.

**CACHOEIRA-BA
2016**

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

S232f Santana, Jardelina Garcia
A formação da identidade étnico-racial na perspectiva da Lei 10.639/03 nas escolas municipais de Amargosa-BA / Jardelina Garcia Santana. – Cachoeira, 2016.
85 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Emanuel Luís Roque Soares.
Coorientador: Prof. Dr. Cláudio Orlando C. do Nascimento.
Dissertação (mestrado profissional) - Programa de Pós-Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2016.
Relatório técnico.

1. Negros - Identidade racial - Brasil. 2. Etnologia. 3. Brasil - Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. 4. Amargosa (BA).
I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. II. Título.

CDD: 305.896081

JARDELINA GARCIA SANTANA

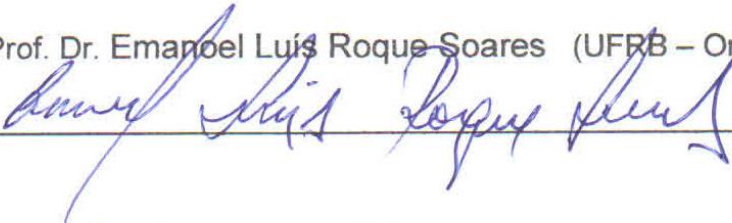
**A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA PERSPECTIVA DA
LEI 10.639/03 EM DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE AMARGOSA-BA.**

Relatório Científico submetido à avaliação para obtenção do grau de Mestre em História do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

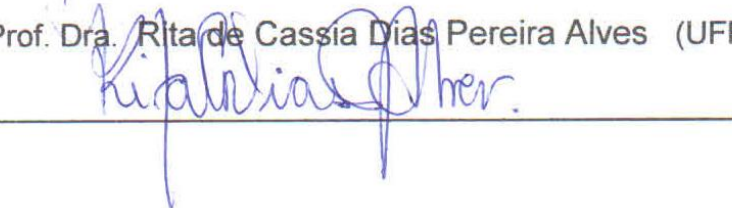
Cachoeira, 23 de maio de 2016.

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Emanuel Luís Roque Soares (UFRB – Orientador)



Prof. Dra. Rita de Cassia Dias Pereira Alves (UFRB – Examinadora)



Prof. Dra. Maria Durvalina Cerqueira Santos (UNEB – Examinadora)

**CACHOEIRA - BA
2016**

Dedico este trabalho ao meu supremo e eterno Deus que me deu sabedoria, discernimento e força, para prosseguir caminhando mesmo em meio a tantas quedas e tropeços. A tod@s que acreditam e acreditaram na minha capacidade, e me incentivaram nessa caminhada árdua para que eu chegasse até aqui, especialmente a base e essência da minha vida, minha família de modo especial meus pais Valdelito e Eunice, que mesmo sem o domínio da leitura e da escrita vibram e se emocionam a cada novo passo dado, se alegrando com as minhas alegrias. A minha filha Júlia que é minha vida e motivo da minha alegria, meu esposo Jiorlan a pilastra, e o sustendo para o alcance dessa conquista, que por tantas vezes deixou seu sonho de lado para que eu pudesse realizar o meu, sendo o atalho desse novo tempo que hoje se inicia. A tod@s minha eterna gratidão.

A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos que apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une. (Milton Santos)

RESUMO

Este relatório científico intitulado “A formação da identidade étnico-racial na perspectiva da lei 10.639/03 em duas escolas municipais de Amargosa-BA”, é resultado do trabalho final apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. O mesmo discorre acerca da atual situação de duas escolas municipais de na cidade de Amargosa, no que diz respeito a aplicabilidade da lei 10.639/03. Para compreendermos esse processo de formação da identidade étnico-racial, faz-se necessário uma reflexão em torno do sujeito político, social e histórico de forma contextualizada, buscando compreender o acesso d@ negr@¹ ao sistema educacional, bem como, sua (in)exclusão através de aparatos legais – leis e decretos –, que vetaram sua inserção e permanência nas salas de aula. Também se faz importante destacar os frutos das conquistas gradativamente alcançadas, através das lutas dos movimentos negros, dos militantes, e estudiosos que se debruçam em prol de romper as correntes das desigualdades raciais. Com o propósito de intervir no cenário pedagógico analisado, desenvolvemos uma proposta anual de oficinas formativas, as mesmas foram realizadas após a interpretação dos dados e achados da pesquisa. Cada oficina possuiu uma proposta específica, com objetivos e instruções para seu desenvolvimento. Infelizmente as vivências dizem muito além das propostas que encontramos elaboradas em documentos e registros, portanto, baseadas nessa realidade (in)exclusiva foram desenvolvidas as intervenções pedagógicas citadas acima.

Palavras chave: Identidade étnico-racial; Lei 10.639/03; Desigualdades.

SANTANA, Jardelina Garcia. **A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA PERSPECTIVA DA LEI 10.639/03 EM DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE AMARGOSA-BA.** Relatório Científico (Pós-Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas) – UFRB-Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/CAHL- Centro de Artes, Humanidades e Letras. 2016.

¹ Neste trabalho será utilizado em casos possíveis o símbolo @ (arroba) simbolizando a contemplação de gêneros. Os movimentos feministas promovem o uso do símbolo @ como substituto neutro para se referir a grupos de gêneros mistos ou desconhecidos, em detrimento da forma padrão que tradicionalmente dá preferência ao gênero masculino, nesse trabalho o @ terá a função de contemplar os gêneros masculino e feminino.

SUMMARY

This scientific report entitled "The formation of ethnic-racial identity from the perspective of Law 10.639 / 03 in two public schools in Amargosa, Bahia. "As a result of the final work Professional Masters in African History teaching, the Diaspora and the Indigenous Peoples Lato Sensu which consists in the development of a scientific report that will report the current status of municipal school Amargosa, as the applicability of the Law 10.639 / 39. To understand the process of formation of ethnic-racial identity is necessary a reflection about the subject political, social and historical in context seek to understand the process of negr@² the educational system as well as its (in) exclusion through legal devices such as laws and decrees, which staked its insertion and retention in the classroom, making parallel to the fruits of the achievements gradually achieved through the struggles of black movements, activists, and scholars who have addressed for the sake of breaking the chains of racial inequalities . With the purpose to intervene pedagogical scenario analyzed, developed a proposed annual training workshops, such workshops were held after the interpretation of data and research findings. Each workshop has a specific proposal, with goals and directions for its development. Unfortunately vivencias say far beyond the proposals that we find elaborated documents and registration, based on this reality developed these educational interventions.

Keywords: ethnic-racial identity; Law 10.639 / 03; Inequalities.

SANTANA, Jardelina Garcia. IDENTITY TRAINING ETHNIC-RACIAL LAW IN PERSPECTIVE 10.639 / 03 IN SCHOOLS MUNICIPAL AMARGOSA-BA. Scientific Report (Graduate in History of Africa, the Diaspora and Indigenous Peoples) - Federal UFRB-University of Bahia Reconcavo / CAHL- Arts Center, Humanities and Letters. 2016.

² In this work it will be used in possible cases the @ symbol (at) symbolizing the contemplation of genres. Feminist movements promote the use of the @ symbol as a neutral substitute to refer to mixed gender groups or unknown, to the detriment of the standard form which traditionally gives preference to the male gender, in this work the @ will serve to contemplate the male and female

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
5. INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS	13
2. A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DA LEI 10.639/03 NAS PROPOSTAS DO CURRÍCULO	32
3. PROCESSO DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL E O PAPEL DA ESCOLA	41
4.1 O papel da escola.....	45
5. (IN) EXCLUSÃO DO NEGRO NO SISTEMA EDUCACIONAL	49
6. RELATÓRIO: A INTERPRETAÇÃO DE UM MUNDO TEÓRICO E UMA PRÁTICA AUSENTE	55
7. CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICES	75

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar em que medida duas escolas municipais de Amargosa-BA tem contribuído para a formação da identidade ético-racial na perspectiva da lei 10.639/03. Para dar surgimento a pesquisa partimos da necessidade de compreendermos as políticas curriculares de desenvolvimento para profissionalização, nesse percurso, refletimos que nos dias atuais ainda se é possível constatar a ausência de um plano de educação que contemple a inclusão seja ela de gênero, raça, social ou cultural, para efetivação de uma formação alicerçada na diversidade.

A relevância deste trabalho consistiu em ter uma estatística precisa, a partir dos campos empíricos da pesquisas, de como se tem dado a formação da identidade d@s alun@s negr@s de duas escolas municipais de Amargosa-BA, sob a perspectiva da lei 10.639/03 e seus desdobramentos nas questões étnico-raciais. Essa investigação foi impulsionada pela visível necessidade de uma formação que não seja simplesmente “abstrata”, ou seja, que tenha propostas excelentes no papel, mas deixe a desejar nas aplicações. Diante disso, sinalizamos algumas proposições, dicas, e sugestões que pudessem interferir diretamente para transformação dos problemas encontrados no cenário escolar do município.

A identidade d@s alun@s é construída principalmente durante a trajetória escolar. Por isso, a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la e respeitá-la, assim como tem a responsabilidade de respeitar e compreender as outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo. A escola enquanto instituição social é responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, mas em contra partida, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre @s negr@s são significativamente difundidas. Por outro lado, a escola também se constitui como um local importante, onde a discriminação e o preconceito podem ser superados. É visível a necessidade de trabalhar a discussão da diversidade já na infância, pois, se a criança não for preparada desde cedo, dificilmente romperá os padrões de discriminação racial. Dessa forma, a educação das relações étnico-raciais se tornam pertinentes porque trazem como objetivo a divulgação e produção do conhecimento, atitudes, posturas e valores que enfatizem

a pluralidade étnico-racial, para capacitar as crianças, jovens e adultos a interagir no sentido de respeitar as diferenças e valorizar as identidades.

Compreendemos perfeitamente que a escola não é apenas o espaço de construção de conhecimento, é também, um espaço de construção de identidades e valores; um lugar onde podemos ser nós mesmos, entretanto, afeiçãoados para a vida em sociedade. Assim, identificamos que a escola tem o papel preponderante na eliminação das discriminações e na emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar o acesso aos conhecimentos científicos; aos registros culturais diferenciados; à conquista da racionalidade que rege as relações sociais e, por fim, aos conhecimentos avançados considerados indispensáveis para a consolidação das nações como espaços democráticos e igualitários.

O surgimento da lei 10.639/03, uma das grandes conquistas do movimento social negro, que apresenta como proposta a obrigatoriedade o estudo da cultura e história afro-brasileira e africana nas instituições públicas e privadas dos Brasil, pode ser compreendida como um instrumento de reconhecimento dos valores negados e omitidos as populações negras do período colonial até os dias atuais. Infelizmente caminhamos por um modelo excludente, no qual nos foi negado o direito de termos conhecimento da nossa própria história. Sempre nos foi apresentada uma história d@ negr@, na qual nunca fomos protagonista, mas sim, apenas sujeitos subalternizados. Entretanto, somos tão autores da história brasileira como os colonizadores europeus.

É importante que tenhamos uma lei na educação que vá de encontro ao modelo eurocêntrico ofertado nas redes de ensino, demonstrando a pluralidade cultural do nosso país, pois, necessitamos com urgência de uma educação antirracista. É fundamental que escola não seja conteudista, estando apenas limitadas as temáticas e as abordagens que reforçam os estereótipos do “ser escravos ou donos da força bruta”, negligenciando o papel problematizador das ações e relações sociais, as quais ocultam a contribuição d@ negr@ para formação sócio-cultural do país. A mensagem transmitida é que, para @ negr@ existir, ele precisa embranquecer estética e ideologicamente, ou seja, para se afirmar como pessoa precisa negar o seu corpo e sua cultura, enfim, sua etnicidade. O resultado dessa cooptação cultural é o desvirtuamento da identidade individual e coletiva, a qual promove o silenciamento do preconceito por parte da criança e do cidadão ao longo da vida.

Nesse sentido, a escola poderá "silenciar" as crianças negras, intensificando o sentimento de coisificação ou invisibilidade, o que pode gerar uma angústia paralisante, de modo que seus talentos e habilidades se tornem comprometidos por não acreditarem nas suas potencialidades, sendo impedidas de projetar suas futuras atividades ocupacionais. Mais adiante, essa experiência leva a criança a se questionar sobre o que é preciso para ser olhada, reconhecida. Nesse momento, poderá dar início ao processo de baixa autoestima, branqueamento e auto-exclusão, de suas características individuais e étnicas.

A criança negra vivencia arduamente imagem negativa referente a sua cor da pele, tipo de cabelo mediante aos colegas de escola, pois, sua diferença é vista como feiúra no ambiente escolar. A maneira como a escola vem reproduzindo a imagem da negra nos ambientes escolares tem sido um fator influente para a inferiorização da imagem da mesma. A formação da identidade das crianças negras inicia-se na escola, por isso, o ambiente escolar possui um importantíssimo papel na vida social e educativa delas. Esse processo identitário se dá pela construção e reconstrução durante toda nossa vida, mas é na infância que ele se processa de forma mais intensa. Entretanto, as crianças precisam desde sempre compreender o que venha a ser identidade, mas infelizmente os ambientes escolares, espaços formadores, muitas vezes não auxiliam nessa reflexão, acarretando negação. A criança precisa amar e respeitar sua imagem, contudo a escola precisa descentralizar-se dos padrões de beleza orientados pela branquitude.

O sistema educacional precisa compreender que a identidade das crianças não é inata, suas relações na sociedade estão além do cultural, pois, a construção da identidade dá-se pelo diferente, por isso, quando procuramos formar nossa identidade baseada em grupos sociais, ficam visíveis as diferenças do indivíduo diante da sociedade. Para tanto, as discussões em sala de aula, no que tange a questão racial, não devem ser superficiais ou apenas baseadas no senso comum, elas precisam de embasamento, sobretudo, porque o processo de construção da identidade negra é gradativo. Uma vez que está envolvido por grandes fatores, os quais podemos destacar as heranças familiares que dão origem a ramificações e distendem de acordo com as relações com o meio e a sociedade.

Os valores que envolvem o respeito entre as pessoas estabelecem as possíveis relações em meio às diferenças, contudo esse processo passa pela escola, pois, como instituição social, nela se dinamizam as práticas de discriminação

e desigualdade que promovem a exclusão. Buscando compreender esse dinâmico espaço, foram utilizados alguns dispositivos metodológicos, algumas técnicas que nos deram o aporte necessário.

Esta pesquisa teve abordagem qualitativa, porque essa técnica se revela como um instrumento que traz grandes contribuições ao trabalho, sobretudo, por expor uma junção de metodologias de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos. De caráter exploratório a pesquisa qualitativa além de estimular os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito, mostra aspectos subjetivos e atinge motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. Por isso, é utilizada quando se buscam percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação.

É uma pesquisa indutiva, isto é, o pesquisador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos pré-concebidos. A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Com isso, a observação direta se torna importante, porque a mesma permitir ver e ouvir, além de examinar fatos ou fenômenos estudados, propiciando o encontro de evidências a respeito de situações sobre as quais, os indivíduos não têm consciência, mas orientam seus comportamentos.

Dentro da pesquisa qualitativa a entrevista semi-estruturada nos oferece a possibilidade de acessar uma grande riqueza informativa (contextualizada e através das palavras dos autores e das suas perspectivas). Por tanto, o trabalho com a semi-estruturada oportuniza o/a investigador/a esclarecer alguns aspectos no seguimento da entrevista, em contra partida, o que a entrevista mais estruturada ou questionário não permitem. Esse tipo de entrevista é geradora na fase inicial de qualquer estudo, que se busque pontos de vista; orientações e hipóteses com vista o aprofundamento da investigação, a definição de novas estratégias e a seleção de outros instrumentos. Diante da larga possibilidade de trabalho com a mesma, fizemos uma interligação entre os instrumentos metodológicos e a pesquisa supracitada, buscando embasamento para as nossas hipóteses, levando em

consideração a dinamicidade do estudo proposto, bem como, o surgimento de novas possibilidades.

No primeiro capítulo, abordamos a da lei 10.639/03 dentro da proposta curricular, bem como, os seus percursos e entraves para implementação nas escolas. No segundo capítulo, nos propomos discutir a formação da identidade negra no Brasil, buscando compreender o que venha a ser o processo de formação da identidade negra, a partir do contexto pedagógico, sobretudo, o papel da escola nessa ação de formação da identidade ainda na infância. No terceiro capítulo, detivemos em refletir o processo de (in)exclusão d@ negr@ no sistema educacional, destacando os artifícios utilizados pela elite branca brasileira para vedar o acesso e permanência dos mesmos nas escolas. No quarto capítulo, através do relatório científico, trouxemos os resultados encontrados por meio da pesquisa de campo, que teve como objetivo compreender a dinâmica do cotidiano escolar e seus impactos na formação da identidade étnico-racial de crianças e adolescentes no contexto pedagógico dentro da perspectiva da lei 10.639/03 em duas escolas do município de Amargosa/BA.

1 INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS

Com o término desta etapa da pesquisa nos surgiu outras milhões de inquietações. Entre estas podemos destacar a ausência de formação adequada para lidar com as questões raciais em sala de aula. O Conselho Nacional de Educação traz em seu parecer Nº1/04 instituição de Diretrizes Curricular das Relações Raciais, aborda a exigência da modalidade de formação continuada para todos os professores, seja ela repertório informativo específico ou formação digna na matéria como prevê a regulamentação. Porém, até o momento não vivenciamos essa realidade. Sabemos as grandes dificuldades encontradas para que a lei de fato seja efetivada, se tratando da formação de professores, pois, é visível no cotidiano escolar que a maioria dos professores não recebem uma formação que contemple a temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

O estudo desta temática tem como responsabilidade apresentar @s alun@s a caracterização do Brasil em toda sua diversidade. As relações possíveis nesta sociedade, bem como, os problemas sociais vividos, e as transformações cabíveis para uma vida melhor para todos que aqui vivem, com efeito, essa temática

privilegia valorização da história d@ negr@, desconstruindo o estereótipo do escravo traficado, e construindo a imagem de protagonista de sua própria história, destacando toda sua luta como elemento de resistência em prol do seu reconhecimento na história do Brasil. Percebemos que o objetivo principal para a inserção da lei 10.639/03 é o de divulgar, produzir conhecimentos, atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto a pluralidade étnico-racial, para assim, garantirem o respeito aos direitos legais e valorização de identidade cultural afro-brasileira. É no §1º do artigo 1 que está a grande novidade a respeito do ensino da cultura africana, @ negr@ deixa de ser visto como uma figura passiva na formação da sociedade brasileira, passando a ser representado como sujeito de sua própria história

Está em evidência a perpetuação da desordem de representação das questões étnico-raciais visualizadas nas escolas analisadas; é sem dúvida uma representação do perfil institucionalizado do racismo e da naturalização no espaço escolar. Durante todo caminhar da pesquisa estava visível por todo ambiente escolar a ausência de representações que fossem dotadas de verdades sobre @ negr@, ou sua cultura e história, ou que desconstruíssem os mitos que se referem à incapacidade intelectual d@s negr@s.

Baseada na realidade vivenciada nas escolas e as propostas elucidadas pela lei 10.639/03, *destacamos a urgência de formação continuada para todos os professores das escolas municipais de Amargosa-Ba*. Temos ciência da existência da Especialização em História da África no município, entretanto, uma das grandes alegações dos professores em relação a sua falta de preparo para lidar com as questões étnico-raciais é a ausência da formação, pois, quando ofertada não contempla a todos. Como sugestões propomos a inclusão nas propostas curriculares do desenvolvimento de oficinas na escola, tendo em vista, a formação para toda comunidade escolar. Abaixo indicamos algumas propostas para serem desenvolvidas mensalmente durante todo ano letivo. Essas sugestões podem cooperar para mudança dessa realidade no município, já que é notória as dificuldades para que a lei 10.639/03 seja aplicada. É importante salientar que este roteiro é uma orientação, porém, não é a única e exclusiva maneira para o desenvolvimento das oficinas, dessa forma, o mesmo se qualifica apenas como um guia para melhor nortear o professor. Vamos lá!

OFICINA 1-2

PROPOSTA

“OFICINAS FORMATIVA SOBRE À TEMÁTICA “HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA”

Compreendemos a existência das aulas de história no plano curricular da escola, entretanto, infelizmente as aulas de história não vêm sendo priorizadas, rotineiramente são substituídas por aulas de português e matemática. “*Já faz parte da cultura escolar priorizá-las*”, sabemos da importância do desenvolvimento das aulas multidisciplinares e contextualizadas, porém, precisamos compreender que a ausência dessas discussões tem desdobramentos negativos na autoestima dos alun@s negr@s, que não se veem representados no ambiente escolar.

“OFICINAS E DE LEITURA E PESQUISA SOBRE A TEMÁTICA EM QUESTÃO”.

Essa é uma forma simples e estimuladora, pois, todos @s alun@s terão acesso a esses materiais despertando interesse para novas leituras. Se questionarmos sobre o conhecimento de escritor@s negr@s ainda que seja de histórias infantis, confirmaremos que el@s não os conhecem. Isso se dá por influência da inferiorização disseminada pela sociedade brasileira – orientada pela cultura europeia –, que por todos os meios, inclusive o educacional, nos ensinou desde sempre a desvalorizar o negro e “tudo que ele faz”, o subestimando-os e colocando-os sempre em lugares subalternos em relação aos brancos.

OBJETIVO GERAL

- Reconhecer a importância da leitura para o conhecimento da história e cultura afro-brasileira na escola.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar o importante papel do negro na história do Brasil;
- Reforçar positivamente a construção da identidade negra na escola;
- Desfazer o estereótipo construído pela sociedade em relação ao negro.

DESENVOLVIMENTO

Antes de iniciar a oficina seria importante que o/a professor/a faça leituras antecedentes e aprofunde-se na temática, para o desenvolvimento da atividade com os alunos. A oficina formativa poderá ser iniciada com um bate papo descontraído para o levantamento prévio de cada aluno em relação às questões étnico-raciais. Propomos que o professor leve para sala de aula livros de ativistas negros que falem sobre as questões raciais, divida os respectivos livros em pequenos textos e a turma em equipes. Após o término da leitura, peça que compartilhem e identifiquem o assunto central de cada texto, contextualize e interprete. Sugerimos que a partir desses textos o/a professor/a subdivida a turma em trios e proponha para aula seguinte, que sejam feitas pesquisas na biblioteca municipal, na biblioteca da escola e, nas redes sociais (internet) textos que abordem a história e cultura afro-brasileira. Na aula seguinte, o/a professor/a pode solicitar que todos leiam os textos encontrados e socializem com toda turma como foi a experiência da pesquisa.

OFICINA DE IDENTIDADE 3

Tendo ciência da dinamicidade do processo da formação da identidade, bem como, as inerências que esse processo percorre, essa oficina será um estímulo para que compreendam que tod@s possuem suas identidades. E que as mesmas, além da identificação desse processo de formação, muitas vezes sofrem modificações, sejam elas familiar, social, cultural e até mesmo pessoal, o que se evidencia de acordo com os traçados e vivências causam construção e reconstrução no processo de formação da identidade pessoal.

OBJETIVO GERAL

Colaborar com o processo de formação da identidade negra d@s alun@s nas escolas municipais de Amargosa-BA.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver identidade pessoal;
- Estimular autovalorização;
- Relacionar a importância interpessoal com os projetos de vida.

DESENVOLVIMENTO

O professor deverá distribuir papéis em branco para toda turma, em seguida, solicitar que façam um desenho em qualquer parte do papel que possa representá-lo. É importante que seja destacado que o enfoque não é o desenho em si, mas a representatividade que ele dará. Com o término dessa etapa o professora deverá solicitar que na parte superior do desenho seja utilizado três características que julguem imodificável em suas vidas, ou seja, possuam a certeza que jamais sofreram interferências. Por conseguinte, os alunos devem destacar suas características e ensinamentos que trazem consigo ao longo da vida, logo após, os mesmo devem apontar mudanças de posturas que são influenciadas pela sociedade. Essa será uma estratégia para expressar-se demonstrando características pessoais que formam sua identidade. Para finalizar solicitem que socializem os desenhos, bem como, as características em destaque.

OFICINA 4

PROPOSTA

“OFICINAS PARA CONSTRUÇÃO DE BONECAS/BONECOS”.

É uma forma de buscar o despertar para a valorização da beleza de cada um, além dos valores que envolvem o respeito entre as pessoas, os quais estabelecem as possíveis relações em meio às diferenças. Aqui faz-se necessário dizer que o processo de sensibilização quanto a valorização da identidade passam pela escola³. Essa oficina é uma forma intermediadora para desconstruir o padrão de beleza eurocêntrico, porque desde já, a escola precisa repensar sobre a perpetuação desse padrão hierarquizado e reprodutor que vem sendo legitimado a partir das práticas de discriminação e de desigualdades, as quais promovem a exclusão. Com isso, a salientamos que proposta da lei 10.639/03 é apresentar aos alunos a caracterização do Brasil em toda sua diversidade, suas possíveis nesta sociedade plural, bem como, os problemas sociais vividos, e as transformações cabíveis para

³ [...] a educação para relações étnico-raciais que cumpre seu papel é aquela em que as crianças, os adolescentes, os jovens e os adultos negros e brancos, ao passarem pela escola básica, questionam a si mesmos nos seus próprios preconceitos, tornam-se dispostos a mudar posturas e práticas discriminatórias, reconheçam a beleza e a riqueza das diferenças e compreendam como essas foram transformadas em desigualdades nas relações de poder e dominação,

uma vida melhor, na qual todos possam ter uma vida com equidade.

OBJETIVO GERAL

- Reforçar a construção da identidade negra na escola.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desconstruir o padrão de beleza europeia;
- Valorizar a beleza africana;
- Incentivar o respeito mútuo.

DESENVOLVIMENTO

O/a professor/a deve solicitar que @s alun@s tragam de casa materiais recicláveis, ou seja, pedaços de retalhos, tesoura, lã, tinta guache, papel crepom, pistola de cola quente, botões, entre outros. Os materiais também podem ser disponibilizados pela escola. Cada alun@ deve providenciar os materiais necessários para construção do/a seu/sua próprio/a boneco/a, dando “vida” e nome aos/as mesmos/as. É importante que antes do início da oficina o/a professor/a compreenda que cada alun@ é único e possui suas especificidades, além de enfatizar que juntos formam uma sociedade, uma comunidade, uma classe escolar. No dia determinado para construção e finalização dos/as bonecos/as, o/a professor/a deve solicitar @s alun@s que contem suas histórias, sonhos e pretensões, utilizando os/as bonecos/as como fantoches. Essa construção irá possibilitar a construção e (re)construção de identidade d@s alun@s além de lhes possibilitar que contem livremente suas histórias, partindo do entendimento de que cada alun@ é diferente e terá sua maneira de expressão, valorizando assim a tod@s sem diferença ou restrição. Essa será uma forma diferente e prazerosa de se trabalhar as questões étnico-raciais e a identidade negra na escola.

OFICINA 5

PROPOSTA

“**OFICINA DE CONTOS AFRICANOS**”, elaboração de oficinas com pequenos contos africanos, pode ser desenvolvido nas escolas. A proposta é desenvolver momento de trocas de conhecimentos.

OBJETIVO GERAL

- Tornar os contos conhecidos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Permitir o acesso a novas estruturas textuais;
- Desvelar história;

DESENVOLVIMENTO

O/a professor/professora pode iniciar a aula indagando @s alun@s sobre o que venha a ser contos? Quem já ouviu falar? Quem sabe a proposta desse gênero textual? Em seguida a professora pode expor o que são os contos contextualizando esse tipo de gênero. No segundo momento a professora deverá formar quartetos e disponibilizar os contos africanos; É importante que se destine uma pausa para a leitura e partilha entre a equipe, em seguida, cada quarteto deverá trazer de forma dramatizada as ideias centrais do conto, e, por conseguinte, falar sobre as personagens, ilustrações e autores.

OFICINA 6

PROPOSTA

OFICINAS DE “PENTEADOS AFROS” é uma forma de elucidar as relações entre a educação, a cultura e o processo de formação da identidade negra no ambiente escolar, destacando a corporeidade e estética como elementos basilares nesse processo, com isso, compreende-se que a visibilidade e simbologia do cabelo e corpo, ou seja, a valorização do cabelo pode ser um passo importante para formação da identidade negra das crianças. Além de problematizar a estética e o corpo negro, essa oficina traz a possibilidade de discussões acerca das histórias ancestrais e memórias da população negra, no intuito de trazer a reflexão de como a escola pode ser forjada como um espaço importante na vida d@s alun@s, sobretudo porque, muitas vezes esses símbolos identitários passam despercebidos pela comunidade escolar e deixam de ser usados como ferramenta de desconstrução de uma sociedade hierarquizada.

OBJETIVO GERAL

- Colaborar na construção da autoestima

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apreciar a beleza de cada cabelo sem preconceito ou discriminação;

- Contemplar a riqueza dos penteados afro-brasileiros;
- Desfazer os estereótipos criados pela sociedade.

DESENVOLVIMENTO

O/a professor/a deve comunicar a tod@s a respeito do desenvolvimento da oficina de penteados na escola, além de expor de forma contextualizada a importância que ela terá na construção de novos conhecimentos, deve-se salientar a colaboração que a mesma dará para construção da identidade e autoestima d@s alun@s. É importante que todos tenham consciência da proposta e participem. A escola em parceria com a secretaria municipal de educação deve solicitar a contratação ou pagamento de diária para um profissional (trançadeira) que trabalhe com penteados afro, faça tranças e ensine como fazer turbantes. Em conversa prévia com o profissional deve-se requerer os materiais necessários para o desenvolvimento da oficina.

OFICINA 7

PROPOSTA

“OFICINA DE CARTAZES” Na qual, os alunos criam imagens que os representam no ambiente escolar. Essa oficina torna-se pertinente por conta da recorrência de cartazes encontrados na maioria das escolas, sejam nos pátios, ou nas salas de aula, trazendo um padrão de beleza eurocêntrico, o qual não contempla a estética das crianças negras que ocupam em grande maioria as escolas públicas. Portanto, não podemos jamais esquecer que estamos no Brasil, ou seja, isso significa que vivemos em um país miscigenado, contendo a maior população negra fora da África.

OBJETIVO GERAL

- Tornar as representações no espaço escolar igualitária.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Colaborar com a construção de um novo cenário escolar;
- Permitir a tod@s a liberdade de expressão;
- Apreciar uma escola onde tod@s se encontrem.

DESENVOLVIMENTO

O/a professor/a antecipadamente deve conversar com @s alun@s falando sobre a proposta da modificação dos cartazes existentes na escola, é preciso que seja explicado claramente que a proposta dessa atividade é deixar a escola com a cara deles, por isso, eles devem confeccionar cartazes que os representem. É preciso que seja solicitada na aula anterior imagens e figuras. A turma deve ser dividida em trios e a partir da proposição do/a professor/a elaborar frases para serem colocadas nos cartazes. As frases devem ser corrigidas e pontuadas corretamente, em seguida, cada trio pode montar seu cartaz de acordo com a imaginação de seus componentes. O próximo passo é juntos trocarem os cartazes existentes na escola que não condizem com a representatividade de @s alun@s que compõem o cenário escolar.

OFICINA 8

PROPOSTA

“OFICINAS CULTURAL COM MÚSICAS E DANÇAS AFRICANAS”, será uma forma de tornar explícitas as raízes dos ritmos das músicas brasileiras, além da ampliação cultural que os alunos irão adquirir com essa oficina, será para eles um momento oportuno para novas experiências estéticas e comunicação particular para novas linguagens artísticas, com efeito, essa oficina é uma forma de sensibilizá-los através do mundo artístico para novos conhecimentos, no que tange a questão étnico-racial. A atividade poderá ser encerrada com a produção de paródias, com certeza será um momento enriquecedor para @s alun@s e professores.

OBJETIVO GERAL

- Proporcionar de maneira criativa e prazerosa o acesso às músicas e ritmos africanos, ampliando repertório musical e desenvolvendo novas habilidades.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver acuidade das músicas africanas na história do Brasil;
- Conhecer história e cultura africana através da musicalidade;
- Proporcionar acesso a novas músicas/ritmos.

DESENVOLVIMENTO

O/a professor/a deverá previamente pesquisar músicas e ritmos africanos. Nesse projeto indicamos algumas músicas que podem ser utilizadas para trabalhar a história e cultura africana de forma criativa e prazerosa, isso porque a música é uma ferramenta rica e nos ajuda aprender de diversas formas, porque a mesma nos proporciona liberdade e imaginação. Em dupla ou trio o/a professor/a poderá permitir que escolham as músicas que desejaram e se identificarem, de acordo com o “repertório previamente elaborado”. Por se tratar de músicas que descrevem a história d@s afro-brasileir@s, deve-se solicitar que escutem e, em seguida, descrevam para toda turma do que se trata, destacando os personagens que compõem a história trazida por cada música. Para aula seguinte o/a professor/a pode solicitar que @s alun@s pesquisem nas redes sociais informações mais aprofundadas da música trabalhada, detalhando os ritmos, e se possível, os instrumentos utilizados para composição da melodia. Por fim, eles devem expressar de forma teatral a mensagem principal da música.

OFICINA 9

PROPOSTA

“OFICINAS DE RELIGIÃO” - a escola não pode ter proselitismo (conservação) de nenhuma religião; o intuito dessas oficinas é formar os novos cidadãos do amanhã, que conheçam as diversas religiões e saibam respeitar as crenças do outro. Será necessário que se façam levantamentos prévios das entidades religiosas existentes no município, pois, as salas de aulas são uma diversidade, são vários mundo em um mundo só. Essa oficina irá sensibilizá-los quanto ao respeito às escolhas do outro; combater à intolerância religiosa nas escolas; estimular a valorização da importância que a religião tem na vida de cada um e tornar visíveis os pontos incomuns entre elas. Se possível seria interessante levar os representantes de cada religião para falar um pouco para @s alun@s sobre sua respectiva religião, será um momento rico de troca de conhecimento para tod@s

OBJETIVO GERAL

- Tornar visível a infinidade de religiões existente

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover o respeito pela denominação religiosa do outro;
- Descentralizar o foco em uma única religião;
- Permitir o diálogo entre as manifestações religiosas existente na escola.

DESENVOLVIMENTO

Previamente num bate papo bem descontraído e respeitoso o/a professor/a deverá fazer uma pesquisa buscando conhecer a religião que cada alun@ tem. Em seguida, devem se separar em grupos @s alun@s que possuem a mesma religião. Na sequência, orientar que cada grupo convide seu representante para falar um pouco da sua denominação religiosa. O/a professor/a deve junto com a turma elaborar um convite para que seja levado por cada grupo para seu “líder”, neste convite deve haver a proposta a que se destina o convite, local, dia e hora onde ocorrerá a sua exposição, enfatizando que fica a critério de cada um o desenvolvimento da sua fala, entretanto, será preciso uma expressão simples e de fácil compreensão para o público alvo. É importante que seja dada voz e vez a tod@s sem restrições.

OFICINA 10

PROPOSTA

“OFICINA DE JOGOS E BRINCADEIRAS”, será uma forma de aprender brincando. Sabemos terminantemente que a diversidade do nosso país está estreitamente ligada à cultura afro-brasileira, entretanto, temos o conhecimento de que essa influência nas origens dos nossos jogos, músicas e brincadeiras, não vêm sendo explicitada devidamente.

OBJETIVO GERAL

- Aprender a lidar com as diferenças seja ela de classe ou raça.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Explicitar as influências dos afro-brasileiros nos jogos e brincadeiras;
- Desenvolver o raciocínio lógico d@s alun@s;
- Respeitar as potencialidades e motiva o trabalho em equipe.

DESENVOLVIMENTO

O/a professor/a deve em roda de conversa questionar seus/suas alun@s se já ouviram falar e se conhecem a origem, as regras e os objetivos das brincadeiras e

jogos. Em seguida, em material impresso, o/a professor/a deverá disponibilizar os jogos e brincadeiras, explicando como surgiram, e, por conseguinte, realizar uma atividade recreativa utilizando os mesmos em sala ou no pátio da escola.

OFICINA 11

PROPOSTA

O “**CINEMA NA ESCOLA**” implementação nas escolas municipais, onde filmes que abordem a história e cultura afro-brasileiras questões étnico raciais, sejam passados mensalmente. Será um momento de formação que contempla a toda comunidade escolar alun@s, professor@s e demais funcionári@s. Sabemos que esses momentos atraem a atenção d@s alun@s, por isso, a explanação desse filme nos levará a conhecer a história do povo africano, que é trabalhada de forma superficial e perpetuada pela imagem do negro escravizado, aculturado, o qual ao ser “trazido” ao Brasil, nada acrescentou a cultura brasileira. Precisamos de momentos de mudança na abordagem desse tema em sala de aula, “o cinema na escola” ajudará reverter esse cenário de forma significativa e proveitosa.

OBJETIVO GERAL

- Construir novos conhecimentos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Intensificar a formação d@s alun@s e professor@s;
- Fixar os conhecimentos adquiridos ao logo do desenvolvimento das oficinas;
- Transformar mentalidades a respeito do afro-brasileiro na escola e na vida.

DESENVOLVIMENTO

O/a professor/a deverá semanalmente reservar uma tarde para a exibição de vídeos e filmes. Antecipadamente deve-se providenciar o material que será utilizado no dia do “cinema na escola”, o que facilmente pode ser providenciado, devido a infinidades de filmes que abordam a questão étnico-racial, disponibilizados para downloads na internet, os quais podem ser exibidos na escola. Antes da exposição o/a professor/a deve deixar como tarefa para tod@s o enfoque na ideia geral do filme, a mensagem transmitida, nos cenários e personagens. Para finalizar a exibição um momento de partilha em sala de aula.

É importante que ao término do desenvolvimento de cada atividade sugerida, @s professor@s façam uma roda de bate-papo com @s alun@s, dando voz e vez a

todos. Essa será uma forma de fixar o visto e aprendido na linguagem deles, ou seja, as trocas de experiências e vivências que influenciará nos novos conhecimentos de forma significativa e proveitosa. Entendemos que de acordo com o alto nível de desenvolvimento e mudanças de aspecto da nossa sociedade, fortalecemos a necessidade da reelaboração das propostas curriculares para que esteja sempre atualizadas, contribuindo de fato para se construir a identidade de cada cidadão, seja ela docente, ou discente. Uma má formação curricular não afeta apenas os alunos, mas também, professores e toda comunidade escolar. Sendo assim, os currículos precisam atualizar-se frequentemente, sejam eles na forma, ou na organização de conteúdos e disciplinas, para dessa forma, todos serem valorizados e fortalecidos, no que diz respeito, às suas identidades. A reprodução que a escola traz sobre o negro mostra que não existe empenho no aprofundamento da temática afro-brasileira, a causa está na notória negação das pessoas que compõem a educação e a grande valorização do padrão ocidental, ou seja, consiste em um processo de formação superficial e insuficiente para lidar com tais questões.

Infelizmente muitos espaços escolares acham que a discussão das questões étnico-raciais devem ser restritas apenas ao 20 de novembro, entretanto, devemos ter consciência negra durante o ano todo, pois, devemos respeitar a diversidade.

Assim finalizamos essa etapa da pesquisa com o desenvolvimento das propostas de intervenção pedagógica baseadas na investigação realizada em duas escola municipais de Amargosa-BA. É triste encontramos em sala de aula um silenciamento, muitas vezes permeado pela ausência de formação de professores adequada e sensível no trato com questões raciais.

Vários são os fatores que potencializam esse negligenciamento: o comodismo e a ausência de planos curriculares elaborados adequadamente por exemplo. Cabe a reflexão de que não basta ter aula de capoeira e de história nas propostas curriculares da escola, isso não é o suficiente. Portanto, diante de todo o des-comprometimento com o papel social que a escola deve ter, faz-se necessário uma formação que traga sentido e significado para todos que compõem o ambiente escolar. Segue baixo algumas sugestões de leituras de contos africanos, filmes e matérias pedagógicos de apoio ao professor, os quais são de fácil acesso.

SUGESTÕES

FILMES

➤ VISTA MINHA PELE

Duração 15 minutos

Sinopse: É uma divertida paródia da realidade brasileira, para servir de material básico para discussão sobre racismo e preconceito em sala de aula. Nessa história invertida, os negros são a classe dominante, e os brancos os subalternos.

➤ E VOLTA PRA CASA

Duração: 28 minutos

Sinopse: o vídeo apresenta algumas manifestações culturais de origem africana, como a **Festa do Rosário**, a **capoeira**, a **umbanda** e o **candomblé**, a partir do olhar de um jovem negro. O vídeo enfoca ainda questões como autoestima, cidadania, mídia e destaca a atuação do grupo Negros Unificados Conscientes, surgido numa das mais violentas regiões da capital mineira, esse grupo recria a história brasileira por meio de rimas.

➤ MÃOS E CÉREBROS NEGROS (filme nacional)

.Duração: 28 minutos

Sinopse: o vídeo discute a importância socioeconômica do trabalho dos negros, durante o século XIX, nos engenhos de açúcar, na construção de edificações públicas e eclesiásticas.

➤ JORNADA PELA LIBERDADE

Duração: 1he17minutos

Sinopse: A vida de William Wilberforce é a história de como a perseverança e a fé de um homem mudaram o mundo. Líder do movimento abolicionista britânico, o filme mostra a luta épica para criar a uma lei com o objetivo de acabar com o tráfico negreiro. Durante esta jornada, Wilberforce encontra oposição intensa dos que acreditavam que a escravidão estava diretamente ligada à estabilidade do Império britânico. Em seus amigos, incluindo John Newton, um ex-capitão de navio negreiro que compôs o famoso hino Amazing Grace, encontrou suporte para continuar lutando pela causa.

➤ **A NEGAÇÃO DO BRASIL**

Duração: 91 minutos

Sinopse: Um documentário sobre tabus, preconceito e estereótipos raciais. Uma história das lutas dos autores negros pelo reconhecimento de sua importância na história das telenovelas. Baseado em memórias e fortes evidências de pesquisas, analisa as influências das telenovelas nos processos de identidade étnica dos afro-brasileiros.

LEITURA DE APOIO PARA O PROFESSOR

➤ **HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA**

Sinopse: Uma coleção composta por 8 livros, que aborda os grandes marcos do processo de reconhecimento do patrimônio cultural da África, além de permitir a compreensão do desenvolvimento histórico dos povos africanos, bem como, a relação com as civilizações que partem de visões panorâmicas obtida de dentro do continente.

Disponível em:

<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abou-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese-1/#.VsybLH0rLIU>

➤ **HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL;**

Sinopse: Este livro traz a proposta de colaboração com o sistema de ensino, e a incorporação relacionados com os conteúdos história e cultura da África e afro-brasileiro no currículo da educação básica, além da busca pelo fortalecimento entre os elos existentes no Brasil e na África.

Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002270/227009POR.pdf>

➤ **RODA AFRICANA - DVD AS MELHORES BRINCADEIRAS DA PALAVRA CANTADA;**

Sinopse:

Disponível em:

<https://www.facebook.com/Leis-1063903-e-1164508-Material-de-apoio-ao-educador-844918898857289/>

➤ **13 EXPRESSÕES RACISTAS QUE PRECISAM SAIR DO SEU VOCABULÁRIO;**

Sinopse: É um documentário que visa desconstruir algumas expressões preconceituosas utilizadas no nosso cotidiano que precisam ser eliminadas, pois fortalecem o racismo e o preconceito.

Disponível em:

<http://pragmatismo.jusbrasil.com.br/noticias/191503582/13-expressoes-racistas-que-precisam-sair-do-seu-vocabulario>

➤ **HERÓIS NEGROS DO BRASIL - BAHIA, 1798, A REVOLTA DE BÚZIUS GOVERNO DA BAHIA.**

Sinopse: Livro que aborda os heróis negros do Brasil, líderes da Revoltas dos Búzios, que reivindicaram melhoras sociais e lutaram contra discriminação racial. Pensando nos dias atuais essa revolta acaba simbolizando cada vez mais a luta por uma sociedade livre e igualitária.

Disponível em:

<<http://sdrv.ms/UZ4ind>>

➤ **7 LIVROS PARA EMPODERAR CRIANÇAS NEGRAS DE SUA BELEZA E AMPLIAR A REFLEXÃO DE TODAS AS CRIANÇAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DE VALORIZAR E RESPEITAR A DIVERSIDADE.**

Sinopse: É uma coleção que surge baseada na importância do empoderamento de crianças negras, a partir de sua beleza e seus valores, destacando os valores alicerçados na diversidade.

Disponível em:

<<http://www.ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/10253/7-livros-para-empoderar-criancas-com-cabelos-afro>>

➤ **ARTE E RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA**

Sinopse: Um livro baseado no desejo de revelar a existência de princípios compartilhados e valores coletivos enraizados em nossa cultura, como sendo fruto

das diferentes religiões de matriz africana, focando na presença da religiosidade afro-brasileira na vida e na arte.

Disponível em:

<<http://oincrivelze.com.br/2015/10/download-arte-e-religiosidade-afro-brasileira/>>

➤ **TORNAR-SE NEGRO**

Sinopse: Este livro está baseado sucintamente com a tentativa de elaborar um gênero de conhecimento que viabilize a construção do discurso d@ negr@ sobre o negr@ no que diz respeito a sua emocionalidade, com o olhar voltado a experiência de ser-se negr@ numa sociedade branca.

Disponível em:

<<https://docs.google.com/file/d/0B7cRDv6fYLjEc1JwWm03LTRXVzg/preview?pli=1>>

CONTOS AFRICANOS

- A Lenda do Tamborinho;
- Como surgiu a Galinha D'Angola;
- Os segredos da nossa casa;
- Todos dependem da boca;
- Uma ideia tonta;
- Coração-Sozinho;
- O fim da amizade entre o corvo e o coelho;
- O cágado e o lagarto;
- O elefante, escravo do coelho;
- O caracol e a impala.

Disponível em: <https://curadoriacolunastortas.wordpress.com/2016/02/09/34-contos-africanos-estao-disponiveis-para-download-gratuito/>

MÚSICAS

MÚSICAS PARA TRABALHAR HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

➤ **BELEZA PURA**

Caetano Veloso

➤ **ALMA NÃO TEM COR**

Chico César

➤ **MEU PAI OXALÁ**

Daniela Mercury

➤ **CANTO DA COR**

Reflexos

➤ **REIS E RAINHAS DO MARACATU**

Milton Nascimento

➤ **Ê BAIANA**

Clara Nunes

➤ **RAÇA NEGRA**

Margareth Menezes

➤ **RACISMO É BURRICE**

Gabriel Pensador

➤ **Ilu Ayê, Ilu Ayê Odara**

Portela - Samba Enredo 1972

Disponível em:

< <http://diversidadeetnica.blogspot.com.br/2012/08/letras-de-algumas-musicas-cultura-afro.html>

ALÉM DAS MÚSICAS DO ILÊ AIYÊ

Disponível em:

< <http://www.letras.com.br/#!ile-aiye>>

JOGOS E BRINCADEIRAS

Disponível em: <http://porteiros.s.unipampa.edu.br/pibid/files/2014/11/Apostila-jogos-e-brincadeiras-da-cultura-africana-pibid.pdf>

1. A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DA LEI 10.639/03 NAS PROPOSTAS DO CURRÍCULO

A lei 10.639/03 é a contextualização do processo de reconstrução histórica do negro no Brasil. Infelizmente essa história por séculos foi contada de forma destorcida, na qual os negros jamais foram vistos como sujeitos da história, ocupando apenas os lugares subalternos. A respectiva lei traz a obrigatoriedade do ensino de história afro-brasileira nos anos iniciais, preparando @s alun@s para romper com o paradigma que colaborou para a inferiorização do negro, e que interfere diretamente na aplicabilidade de uma educação justa e igualitária. É importante que se tenha ensino que dê espaços as diferenças que compõe o processo de formação da identidade nacional. Devemos compreender a lei 10.639/03 como um repto que traz a proposta de ressignificação da qualidade da educação brasileira, vislumbrando uma educação justa e digna para tod@s.

Entende-se que a lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a LDB 9.394/96, "para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura afro-brasileira" e para influenciar a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana, foi sem dúvida um grande avanço. No entanto, pouco se fez para materializar estas propostas. As condições materiais das escolas e a formação dos professores ainda permanecem falhas para proporcionar uma educação de qualidade acessível a tod@s, partindo desse entendimento faz-se necessário a valorização da história, cultura e identidade dos descendentes e africanos.⁴

A proposta é garantir na área de educação, dentro da urgência evidente aos afro-brasileiros, a aplicação de políticas de ações afirmativas, ou seja, políticas que visem fazer reparações acerca da importância da história, cultura e identidade, "trata-se de políticas curriculares, fundada em dimensões históricas, sociais e antropológicas oriundas da realidade brasileira e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros."⁵

Não há dúvida nenhuma da importância da inclusão do estudo desta temática nos currículos da escola básica. É evidente que precisamos ir além da escravidão

⁴ BRASIL, 1998

⁵ BRASIL, 2004, p.6

nas aulas de História do Brasil. No entanto, para que a lei 10.639/03 seja efetivamente empregada, é preciso que, em primeiro lugar, haja uma qualificação dos professores, e de toda a instituição escolar, bem como, a comunidade escolar. A história do povo africano vem sendo trabalhada nas escolas de maneira superficial, trazendo uma imagem do negro apenas como escravo, aculturado que foi “trazido” ao Brasil e que não acrescentou nada ao povo brasileiro. Devido a essa visão, fez-se necessário a implantação da legislação que obrigasse, de fato a mudança na abordagem desse tema em sala de aula.

O objetivo principal para a inserção da lei 10.639/03 é o de divulgar e produzir conhecimentos, atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, garantindo respeito aos direitos legais e valorização de identidade cultural brasileira e africana. É no §1º do artigo 1 que está a grande novidade a respeito do ensino da cultura africana – o negro deixa de ser visto como uma figura passiva na formação da sociedade brasileira, passando a ser representado como sujeito de sua própria história.

(...) o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Apesar dos PCN's preverem discussão da pluralidade cultural brasileira – os/as professores/as ainda não sabem lidar com o tema. Fazer com que os estudantes tenham respeito e valorizem as diferentes características étnicas e culturais brasileiras, é uma das propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Segundo o documento redigido em 1996, a escola deve contribuir para a formação de indivíduos éticos e que entendam a diversidade como fator fundamental de nossa sociedade. Mas essa diretriz ainda não saiu do papel. Portanto, o caminho é conscientizar e dar ao professor as condições necessárias para se atualizar, pois, o silêncio dado a essas ações contribui para a sua permanência, como conforme declarou o Ministro da Educação e do Desporto em (1997, p.4).

Sabemos que isto só será alcançado se oferecermos à criança brasileira pleno acesso aos recursos culturais relevantes para a conquista de sua cidadania. Tais recursos incluem tanto os domínios do saber tradicionalmente presentes no trabalho escolar quanto às preocupações contemporâneas com o meio ambiente, com a saúde, com a sexualidade e com as questões éticas relativas à igualdade de direitos, à dignidade do ser humano e à solidariedade.

Dessa forma, a escola necessita com urgência reformular seus conteúdos e problematizar a questão da negritude no contexto escolar, possibilitando as crianças negras a conhecerem sobre a diversidade cultural. Sabemos que as Leis sozinhas não bastam, nessa luta, o papel do docente é fundamental. O professor deve possuir informação, formação, discernimento e sensibilidade sobre a situação da realidade social e racial do país, para contribuir com a superação do preconceito e discriminação.

Entendendo que a questão racial permeia toda a história social, cultural e política brasileira, o que afeta a todos nós, independentemente do nosso pertencimento étnico-racial. O movimento negro brasileiro tem feito reivindicações e construído práticas pedagógicas alternativas, a fim de introduzir essa discussão nos currículos.

Quando relatamos que a escola é uma instituição social que carrega em si traços de conservação da desigualdade que legitima valores, modos de vida e condutas específicos, podemos dizer que, no que se refere à construção de identidades, essa instituição apresenta-se também como um ambiente capaz de afirmar alguns “tipos ideais”, assim como, negar outros. Conforme nos mostram os estudos de Bourdieu (2007), embora se apresente como uma instituição democrática, capaz de acolher os diversos tipos de sujeitos sociais, a escola carrega em si a condição básica de estar voltada para um tipo específico de educação: a da classe dominante.⁶

É importante incorporar nos currículos práticas e metodologias que possibilitem a construção de um sentimento de identificação que regaste a história dos negros, sua herança africana e sua importância na formação das nossas crianças. É necessário formar educadores preparados para lidar com a diversidade cultural em sala de aula, mas, acima de tudo, preparados para criticar o currículo e suas práticas. Pois, esses educadores precisam que haja nos currículos escolares a implementação de ações de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didáticos e pedagógicos para dar subsídios, tanto na sua formação de docente, pesquisador e formador de opinião, quanto em suas experiências a serem desenvolvidas fora da escola. Esses programas não devem ser direcionados apenas

⁶ BOURDIEU, 2007

aos educadores, mas também, aos alunos, os quais precisam de materiais que estimulem a aprendizagem de forma natural e prazerosa.

Considerando o enfoque teórico de Giroux na organização curricular, faz-se necessário apreciar as diversas vozes ideológicas: “a voz da escola, do aluno e do professor”.⁷ A interação dessas consciências fomentará subsídios na construção de um currículo que venha atender a todas as culturas. Como ressalta o texto do documento sobre pluralidade cultural dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s 1997, p. 15) que diz: “saber discutir pluralidade a partir das diferenças d@s própri@s alun@s é um modo de conduzir o tema de forma mais próxima da realidade brasileira”.

A escola é um local formado por uma população com diversos grupos étnicos, com seus costumes e suas crenças. Segundo Morin (2001, p. 56),

[...] a cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Não há sociedade humana, arcaica ou moderna, desprovida de cultura, mas cada cultura é singular. Assim, sempre existe a cultura nas culturas, mas a cultura existe apenas por meio das culturas.

Segundo Arroyo (2004a), a escola é também uma organização temporal. Por isso, o currículo pode ser visto como um ordenamento temporal do conhecimento e dos processos de ensinar e aprender. A organização escolar é ainda bastante rígida, segmentada e uniforme em nossa tradição, a qual todos (as) alunos e alunas, indistintamente, têm de adequar seus tempos. É preciso desnaturalizar o nosso olhar sobre o tempo escolar. Como nos afirma Miguel Arroyo (2004a), o tempo da escola é conflitivo porque é um tempo instituído, que foi durante mais de um século se cristalizando em calendários, níveis, séries, semestres, bimestres, rituais de transmissão, avaliação, reprovação, repetência.

Entender a lógica institucionalizada do tempo escolar que se impõe sobre @s alun@s e professores/as é fundamental para compreender muitos problemas crônicos da educação escolar. É ainda esse autor que nos diz que a compreensão das nuances e dos dilemas da construção do tempo da escola poderá nos ajudar a corrigir os problemas de evasão, reprovação e repetência que atingem, sobretudo, os setores populares e os excluídos da instituição escolar.

⁷ MOREIRA, 2002, p. 12

Assim, como o tempo, o espaço da escola também não é neutro e precisa passar por um processo de desnaturalização. O espaço escolar exprime uma determinada concepção e interpretação de sujeito social. Podemos dizer que a escola enquanto instituição social se realiza, ao mesmo tempo, como um espaço físico específico, e também, sociocultural.

A partir das reflexões do autor podemos dizer que a relação diversidade-curriculum se defronta com um dado a ser equacionado: @s educand@s são diversos também nas vivências, controle de seus tempos de vida, trabalho e sobrevivência. Contudo, essa equação gera uma tensão entre tempos escolares e tempos da vida, entre tempos rígidos do aprender escolar e tempos não controláveis do sobreviver. Essa tensão é maior nos coletivos sociais submetidos a formas de vida e de sobrevivência precárias.

Nesse aspecto, o movimento negro estabeleceu estratégias pontuais de redefinição da escola em seus elementos-chaves. As estratégias visam à revisão curricular, à reformulação do livro didático e à incorporação de referencial teórico-metodológico sobre a cultura afro-brasileira no processo de formação de educadores. Os projetos pedagógicos deveriam expressar e dar sentido democrático à diversidade cultural presente no espaço escolar, reconhecendo e valorizando tais culturas e ensinando aos educandos a respeitarem a cultura do outro, como nos diz Rodrigues,

Ter uma escola democrática significa desenvolver uma educação escolar que compreenda as diversas interferências e interesses que perpassam a sociedade; que organize o ensino de forma a levar o educando a compreendê-lo e a compreender o papel de cada um individualmente e o de cada grupo organizado, para poder interferir nas ações dessa sociedade. (RODRIGUES, 1988, p.60)

O silêncio tem um papel relevante no que se refere à temática racial e educação, e nesse caso, o silêncio tem resultados prejudiciais. Assim, mesmo que não se expresse, não significa que isso seja menos prejudicial à construção da identidade étnica das crianças. A esse respeito Gonçalves afirma:

Educar a criança negra pressupõe, entre outras coisas já analisadas, quebrar silêncio que a cerca. Tarefa difícil, à medida que o silêncio manifesta-se como ritual pedagógico, e como tal impõe-se a todos os membros da escola, sem exceção, embora o ato de “silenciar” tenha, para cada um, significados diferentes. (GONÇALVES, 1985, p.318)

Segundo Fanon,⁸ os descendentes dos opressores de ontem não devem ser julgados pelos atos de seus antepassados. No entanto, tem a responsabilidade moral e política pela reprodução das ações discriminatórias que mantêm a população negra às margens da dinâmica social. Trabalhando a partir de valores ocidentais, o sistema de educação leva as crianças e adolescentes afro-brasileiros a se sentirem inferiores e a serem considerados como tal pelos demais, ao conviverem com as imagens estereotipadas que causam danos psicológicos e morais, bloqueando a personalidade pessoal, étnica e cultural dos afrodescendentes.

Na realidade, esta situação se perpetua nas escolas não pelo que é dito, mas, principalmente, pelo que é silenciado. Se esse silêncio não for quebrado é provável que as crianças negras encontrem muita dificuldade em construir as suas identidades sem traumas e sentimentos de inferioridade. Conforme Santos (2005), a atitude de se silenciar frente a novas realidades, acaba, por si só, provocando o essencialismo, dificultando a desconstrução da diferença vista como um conceito para reunir elementos pejorativos e discriminatórios, inferiorizando o negro, justificando assim a ideia de posicioná-los como dominados, inferiores, incapazes, diferentes. Nesse contexto, a construção identitária dessas crianças será marcada pelo preconceito e a autonegação. De acordo com as palavras de Orlandi: “dizer ou calar não é vazio de sentido, até o silêncio tem um sentido”. Ainda de acordo com Orlandi,

Dizer e silenciar andam juntos. Há, pois, uma declinação política de significados que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar de dizer “outras”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Esta é a sua dimensão política. (1995, p.55)

De acordo com Cavalleiro (2000), esse silêncio permite que cada criança socializada em nossa cultura internalize representações preconceituosas a respeito da população negra sem se dar conta disso e, mesmo quando se dão conta, não modificam seu modo de pensar por acreditar ser o mais correto.

Apesar dos PCN's preverem discussão da pluralidade cultural brasileira, os/as professores/as ainda não sabem lidar com o tema. Fazer com que os estudantes tenham respeito e valorizem as diferentes características étnicas e culturais brasileiras é uma das propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).

Entretanto, compreendemos que há urgência na formação de professores que

⁸ FRANZ FANON, 1979, p.12,

já estão atuando nas salas de aula, porém, os que estão em processo de formação para atuarem futuramente precisam estar sendo formados dentro dessa perspectiva, evitando assim, que os problemas encontrados atualmente não continuem sendo protelados. Se refletirmos em torno dessa problemática, podemos compreender a formação sendo pensada em sentido contrário, pois, se os profissionais não possuem uma formação alicerçada dentro das demandas da educação étnico-raciais, os mesmos retornarão em busca da formação continuada, gerando assim um gasto desnecessário para estados e municípios. Essa formação precisa ser ofertada não apenas na formação continuada, mas também, desde a formação básica.

Nessa perspectiva, os cursos de formação de professores precisam possuir em seus currículos propostas que deem conta de formar esses profissionais. Infelizmente alguns formadores desses profissionais não possuem a devida formação, partindo do entendimento que não se pode formar sem ser formados. É uma das grandes deficiências que podemos vislumbrar – a ausência de formação para formar. Sendo possível compreender que as propostas dos currículos vem sendo traçadas através de grandes lutas entre “os brancos” – que ainda acham que sustentar uma história europeia como pura e verdadeira usando o silêncio como arma – entre os movimentos negros e estudiosos – que buscam reverter essa história propondo mudanças curriculares desde a formação inicial até as universidades. Comungo do pensamento de Gomes quando salienta que:

[...] a educação para relações étnico-raciais que cumpre seu papel é aquela em que as crianças, os adolescentes, os jovens e os adultos negros e brancos, ao passarem pela escola básica, questionam a si mesmos nos seus próprios preconceitos, tornam-se dispostos a mudar posturas e práticas discriminatórias, reconheçam a beleza e a riqueza das diferenças e compreendam como essas foram transformadas em desigualdades nas relações de poder e dominação (GOMES, 2010, p.83)

Entretanto, podemos compreender que a formação da identidade étnico-racial inicia-se desde a infância, implicando assim a importação da formação dos professores. Infelizmente muitos profissionais centralizam-se apenas em propostas prontas aludidas nos livros didáticos, sem aprofundar-se na temática, abordando-a superficialmente com sentidos contrários, porém, faz-se necessário o desdobramento de aulas inovadoras, contextualizadas, sendo prazerosas e proveitosas para alun@s e professores/as.

É evidente que a formação não depende única e exclusivamente dos

professores, no entanto, o professor é um agente direto com @s alun@s. O mesmo se torna agente ativo e responsável nesse processo, sendo necessários maiores investimentos na formação desses para que sejam bem preparados e estejam aptos para o bom desenvolvimento da educação étnico-racial. A história dos afro-brasileiros precisa ser reescrita pel@s negr@s de hoje, sendo pensada a partir dos grandes impactos significativos e benéficos causados no Brasil através dos afrodescendentes. Todo esse processo de empoderamento e formação da identidade negra precisa ser iniciada desde a infância.

Temos ciência que a escola por si só não dá conta das demandas encontradas, todavia, isso não a desvincula da responsabilidade para com @s alun@s, pois, “o principal alvo de uma educação antirracista é a construção de uma sociedade mais digna e democrática para todos que reconheçam e respeite a diversidade.”⁹

A formulação do currículo não é uma construção exata, porque perpassa “lógicas epistemológicas e intelectuais, podendo assim, ser determinante possuindo implicações enxergadas como nobres e menos nobres”; precisões de legitimidade e controle interligadas muitas vezes de interesses – “propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, à raça e ao gênero” –.¹⁰

É através dos currículos que novas propostas são “postas em prática”, e criadas novas políticas que contemplem a precedência de vivências e necessidades de tod@s sem que haja prioridades. Dessa forma, todas as raças e classes sociais auxiliam na elaboração das mesmas, priorizando o desenvolvimento e o conhecimento, os quais influenciarão diretamente numa sociedade justa e igualitária. “(...) face a face em que negr@s e branc@s se espelham uns nos outros comunicam-se sem que cada um deixe de ser o que é enquanto ser humano de identidade étnico-racial própria”,¹¹

Sendo assim, se refletirmos em torno da função do currículo na educação, podemos compreender que o currículo é uma conjuntura de ordem e determinações, no qual se elegem conteúdos a serem trabalhados dentro de uma proposta pré-estabelecida, ou seja, faz-se necessário um processo de desconstrução que pode ser iniciada a partir das propostas elaboradas nos currículos.

⁹ GOMES, 2010, p.87

¹⁰ SILVA, 2010, p.2

¹¹ SILVA, 2010, p. 41

2. PROCESSO DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL E O PAPEL DA ESCOLA

Entende-se que Identidade é um conceito que não possui uma única significação. Sua constituição, também diz respeito à explanação da realidade, uma vez que é um processo de representação simbólica. Em linhas gerais, quando falamos em “identidade” ou “identidades”, devemos sempre estar bastante atent@s, pois, se trata de um tema que envolve comportamentos, sentimentos, o modo de ser, de viver e de amar de cada um. Tudo isso “carregado” de uma história de vida, ocorrida dentro de um determinado contexto social, com laços familiares e afetivos específicos, recheada de crenças e valores peculiares.

Dessa forma, podemos entender que o homem não está fora de seu contexto histórico, uma vez, que ele próprio produz história. Não podemos negar que as diversas formas de identidades ficam separadas da ordem social existente, porque nos dão subsídios para que possamos compreender os diversos conceitos de identidade. Nessa trajetória de entendimento em volta do que venham a ser identidades, procuramos compreender que as identidades vão consistir em diferentes situações, sejam elas familiares, escolares, experienciais, no entanto, vão sendo processadas ao longo de toda vida, independente do que possam envolver a atual sociedade.

A identidade é um processo mutável, que fazemos constantemente de acordo com os ambientes e influências sociais que sofremos, por perpassar um processo histórico e não puramente biológico. Seria fantasioso se conseguíssemos compreender a identidade como algo pronto e acabado, pois de acordo com as formas significativas e representativas elas culturalmente se graduam. Filtramos as composições que nos identificamos para esse processo de formação da nossa suposta identidade.

Compreendemos que o processo de formação da identidade negra na sociedade em que vivemos não é um processo tão fácil, sobretudo, porque desde sempre, nos é apresentada uma história distorcida, que nos impulsiona a acreditar que essa formação precisa perpassar pela autonegação, para, enfim, sobreviver. Esse é o grande desafio constantemente enfrentado por nós negr@s no Brasil. Dessa forma, faz-se necessário salientar que a identidade construída pel@ negr@ não é pensada apenas em oposição ao branco, e sim pela negociação; pelo conflito

e pelo diálogo com esse, o que perpassa por uma complexa trajetória, que nos deixa explícita a necessidade da conviver com as diferenças, para a construção da identidade negra.

Por sua vez, são perceptíveis as influências que são trazidas de cada trajetória de vida, principalmente no que diz respeito à escola, na qual muitas vezes não se tem a acolhida e aproximação “da comunidade escolar”, além de, ser um destaque que inferioriza @ negr@ nas salas de aulas sendo sempre as vítimas das chacotas, brincadeiras de mau gosto e piadinhas. Com certeza, cada um desses fatores possuem grandes influências para a formação da identidade, uma vez que, a partir desses fatos, podemos começar a construir nossa identidade seja ela de negação ou de resistência, o que representaria uma tarefa árdua de oposição dentro ou fora da sala de aula.

O/a professor/a deve possuir informação, formação, discernimento e sensibilidade sobre a situação da realidade social e racial do país, para assim, contribuir com a superação do preconceito e discriminação (PCN's,1997). A sensibilidade que os PCN's (1997) mencionam é a mesma que Freire (1987) incita as pessoas a desenvolverem: “[...] ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. Enfim, sabemos que as escolas não têm dado a devida atenção no que diz respeito à formação de professores para lidar com as questões raciais, o que traz grande preocupação para nós estudiosos das questões étnico-raciais, que compreendemos a urgente necessidade de maiores investimentos acerca do assunto em questão. Percebe-se as grandes lutas dos movimentos negros, ativistas, porém, percebemos esses efeitos de “de fora pra dentro”, entretanto, a escola ainda permanece em sua zona de conforto ou optando pelo silenciamento.

Gomes (2003), por sua vez nos apresenta a importância de pensarmos a identidade através de um processo educativo estabelecido entre cultura e educação, sendo possível pensar por “um caminho, interessante para refletir sobre essa articulação, seria não pensar a identidade negra como a única possível de ser construída pelos sujeitos que pertencem a esse grupo étnico/racial”.¹² Partindo do entendimento de que a formação da identidade é um processo singular, que transcorrem dimensões sociais e pessoais, sendo construído através de seleções de

¹² GOMES, 2003, p.171

valores individuais e coletivos, formando assim, identidades que vão além da identidade racial. Vislumbrando, desta maneira, a formação da identidade como um processo de construção e reconstrução que fazemos ao longo de toda nossa existência, independente dos ambientes que frequentamos e trazem interferências para nossa vida.

Para Munanga (2003), se buscarmos compreender o surgimento da identidade negra no Brasil, podemos perceber que ela não surgiu simplesmente “da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negras e brancas e/ou negras e amarelas”. Ela é resultado de um trajeto histórico que inicia com o descobrimento, no século XV, do continente africano e dos povos que ali habitavam pelos navegadores portugueses. Descobrimos esse que se tornou porta para “as relações mercantilistas com a África; ao tráfico negreiro; à escravidão e enfim à colonização do continente africano e de seus povos”.

Partindo dessa trajetória histórica é que devemos buscar compreender a chamada identidade negra no Brasil. Vivemos num país onde raras vezes se tem discursos elaborados a respeito de identidade “amarela” e a identidade “branca”. Isso nos faz interpretar de forma clara que esses indivíduos de cor branca ou amarela não vivenciaram historicamente o que os negros vivenciaram. Conforme Munanga (2008), “os negros foram sequestrados, capturados, arrancados de suas raízes e trazidos amarrados aos países do continente americano, o Brasil incluído”, tendo todos seus direitos negados.

A origem dessas histórias inversas, advém dos emigrados europeus, árabes, judeus e orientais que optaram por deixarem seus países de origem por conta da conjuntura econômica e histórica interna e internacional que tinha grande influência nas suas determinações para migração. É evidente que eles passaram por rupturas que possam ter provocado alguns transtornos, o que busca explicar os processos de construção das identidades particulares como a “italianidade brasileira”, “a identidade gaúcha”. Porém, em momento algum a cor clara de sua pele foi representada de forma negativa, e a construção identitária se deu de forma inferior. Falar de identidade é falar de práticas, vivências e saberes diversificados. Quando nos reportamos à identidade negra no Brasil, vislumbramos uma imagem construída de forma “precoce” e racista que advém de conhecimentos prévios de viajante

européus, que por sua vez aqui vieram, por objetivos “pilotos” ou fins lucrativos de seus países oriundos.

Desse modo, a construção da identidade se faz, também, através dos atributos culturais, ou seja, ela se caracteriza pelo conjunto de elementos culturais adquiridos pelo indivíduo através da herança cultural. Contudo, para que a identidade da criança negra seja promovida, há necessidade de uma ação educativa que vise, além de desenvolver capacidades para tomada de decisões, proporcionar aos alun@s e aos professores/as uma reconstrução reflexiva e crítica da realidade. Para tal ação torna-se necessário tomar como ponto de partida a História e a Cultura dos afrodescendentes, a fim de, melhor contribuir para as práticas, possibilitando aprendizagens e compreensão de conteúdos culturais que, doravante, contribuam para uma socialização crítica do indivíduo.

Por compreender a escola como espaço de formação, refletimos que ela precisa estar além da versão europeizada, sobretudo, porque a mesma se constrói através do processo de autovalorização, o qual perpassa os espaços institucionais ou não institucionais. Salientamos o grande papel da escola nesse processo de formação, por possibilitar trocas de experiências e por se tratar de um espaço de miscigenação. Sendo assim, faz-se necessário ser pensada além dos currículos, normas, leis e regimentos.

A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las. (GOMES, 2003, p.172).

Comungo do pensamento de Gomes quando ela destaca os cabelos crespos como uma das simbologias para compreendermos a identidade negra, destacando-o como um dos veículos para discussão racial no ambiente escolar, que muitas vezes é ignorado pelos/as professores/as e gestores/as da escola. Se a escola se isenta do seu papel de negociadora dos conflitos sócio-culturais, onde @s alun@s poderão realizar a busca pelo exercício da sua identidade, tornado visível seus valores, determinando sua condição de igualdade perante tod@s? Sem o engajamento das instituições escolares, cabe apenas, o caminho mais fácil percorrido pelo silenciamento que, sobretudo, negligencia e propicia o branqueamento através de atitudes que nos aproxima dos padrões ditos normais.

Sendo assim, para que a identidade negra se constitua, é pertinente que, a História dos Afrodescendentes seja apresentada da maneira correta e contextualizada em sala de aula, pois, não podemos compreender jamais a história do Brasil sem antes conhecer a história da África. Dessa forma, a lei federal 10.639/03 que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº9.394/96 nos artigos 26-A, 79-A e 79-B, torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e nas instituições educacionais, independente que seja pública ou privada.

2.1 O PAPEL DA ESCOLA

A escola tem o papel preponderante na eliminação das discriminações e na emancipação dos grupos discriminados, por proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, aos registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade. Esses fatores regem diretamente as relações sociais e os conhecimentos avançados que se configuram como indispensáveis para a consolidação e o conserto das nações como espaço democrático e igualitário, conforme prevê a lei de Diretrizes e Base (LDB).

A escola é o espaço no qual uma nova estrutura de sentimentos humanista antirracista e democrática poderá se desenvolver e contribuir para a emancipação tanto da população negra como também de toda sociedade Brasileira. (Lei de Diretrizes e Bases, LDB, artigo 26-A)

A constatação do papel da escola na reprodução das desigualdades raciais revela a falácia da democracia racial e, ao mesmo tempo, a inadequação da escola no tratamento da diversidade étnica cultural. Em função dessa problemática, desencadeou-se um processo de reivindicação por parte do movimento negro para que a escola incorporasse em seu currículo os valores culturais e históricos do negro. Nesse aspecto, o movimento negro estabeleceu estratégias pontuais de redefinição da escola em seus elementos-chave.

A Lei complementa a Constituição de 1824 – pela legislação do império, os negros foram impedidos de frequentar as escolas, pois, eram considerados doentes de moléstias contagiosas –. A classe social dominante do Brasil sabia que o acesso ao saber sempre foi uma alavanca de ascensão social, econômica e política de um povo. Então os racistas brasileiros utilizaram de diferentes mecanismos para restringir o acesso do negro à educação (SANTOS, 2003). Nesse aspecto, faz-se necessário entender que os meios utilizados para não contemplar a população negra

na educação tiveram suas primeiras expressões em meados do século XIX pelo amparo da lei, pois, entre 1854 e 1878, o Estado brasileiro legitimou, entre outras medidas, práticas discriminatórias em decretos de lei que proibiam alun@s negr@s de frequentarem os bancos escolares.

O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas “escolas públicas do país não fosse admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores”. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, “estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno”. Diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares (BRASIL, 2005, p.7).

O direito à educação, assim como prevê a Constituição Federal de 1988¹³, como um instrumento para o desenvolvimento humano, deveria considerar todos sem restrições étnicas, políticas ou religiosas, entretanto, “as práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias” (GOMES, 2001, p.86). Nessa perspectiva, torna-se necessário repensar a estrutura educacional do ponto de vista da prática docente e da escola como espaço de reprodução ou transformação, problematizando como essas relações são transmitidas para @s alun@s negr@s.

Compartilho do pensamento de Bourdieu (2007), quando relata que a escola é uma instituição social que carrega em si traços de conservação da desigualdade, que legitima valores, modos de vida e condutas específicas. Podemos dizer que, no que se refere à construção de identidades, esta instituição apresenta-se, também, como um ambiente capaz de afirmar alguns “tipos ideais”, assim como, negar outros. Conforme nos mostram os estudos de Bourdieu (2007), embora se apresente como uma instituição democrática, capaz de acolher os diversos tipos de sujeitos sociais, a escola carrega em si a condição básica de estar voltada para um tipo específico de educação: a da classe dominante.

A seleção dos conteúdos, a forma como os mesmos são passados, e os resultados que são esperados dos alunos indicam sempre a necessidade de apresentar um *habitus* específico: aquele que mais detém capital cultural, ou seja, informações sobre filmes, livros, artes, vocabulário mais “seletivo”, conhecimento de mundo (história, geografia). Como, de um modo geral, quem mais tem acesso a este

¹³ Artigo 205 da Constituição Federal de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

conjunto de disposições são aqueles que têm uma família com um *habitus* semelhante e um poder aquisitivo mais elevado. Logo, é para este tipo de público que a escola mais está direcionada.

A educação deve ser pensada de forma antirracista e democrática, visando ao processo de aprendizagem tanto da população negra, quanto da população branca.

A lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08¹⁴, propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Por exemplo, os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados sujeitos históricos. Dessa forma, valorizando o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros; a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas. Diante, dessa perspectiva, o movimento negro assume a tarefa de superar a visão estereotipada do negro através de resgate das raízes históricas desse grupo étnico. Para este movimento, o eixo da atenção continua sendo a escola, onde se dá, em grande parte, a socialização dos indivíduos.

Trabalhando a partir de valores euro-etnocêntricos, o sistema de educação leva as crianças e adolescentes afro-brasileiros a se sentirem inferiores e a serem considerados como tais pelos demais, ao conviverem com as imagens estereotipadas que causam danos psicológicos e morais, bloqueando a personalidade pessoal, étnica e cultural dos afrodescendentes. Sabemos que os brasileiros, de um modo geral, sabem pouco a respeito dos afrodescendentes e os que sabem parte de ideias equivocadas e preconceituosas. Nosso conhecimento, por exemplo, começa na entrada do negro no Brasil, como escravizado, mercadoria, descalço, seminu e selvagem. É conhecida de poucos a história do africano livre, senhor de sua vida, produtor de sua cultura, inclusive, muito pouco conhecida a história dos grandes reinos e impérios na África Pré-Colonial.

¹⁴ As Leis 10.639/03 e 11.645/08 é simbolicamente uma correção do estado brasileiro pelo débito histórico em políticas públicas em especiais para a população negra e indígena. Neste contexto, a publicação de livros didáticos pertinentes a História da África, Cultura Afro-brasileira e indígena, para o Ensino Fundamental I, torna-se uma alternativa eficaz para o ensino-aprendizagem nas escolas públicas e particulares sobre o ensino das relações étnicas e raciais. Visto que a docência tem questionado em órgãos públicos sobre a carência de livros didáticos para a efetivação das leis supracitadas.

Torna-se urgente desmontar as inverdades e omissões, para assim, desnaturalizar os preconceitos e construir uma nação multirracial, justa e democrática. Entretanto, apesar dos PCNs predizerem discussão da pluralidade cultural brasileira – os/as professores/as ainda não sabem lidar com o tema, por isso, fazer com que os estudantes tenham respeito e valorizem as diferentes características étnicas e culturais brasileiras, é uma das propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Segundo o documento redigido em 1996, a escola deve contribuir para a formação de indivíduos éticos e que entendam a diversidade como fator fundamental de nossa sociedade. Mas essa diretriz ainda não saiu do papel.

3. (IN) EXCLUSÃO DO NEGRO NO SISTEMA EDUCACIONAL

A escola tem o papel preponderante na eliminação das discriminações e na emancipação dos grupos discriminados, por proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, aos registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade. Esses fatores regem diretamente as relações sociais e os conhecimentos avançados indispensáveis para a consolidação e o conserto das nações como espaço democrático e igualitário, conforme prevê a lei de Diretrizes e Bases (LDB):

A escola é o espaço no qual uma nova estrutura de sentimentos humanista antirracista e democrática poderá se desenvolver e contribuir para a emancipação tanto da população negra como também de toda sociedade Brasileira (BRASIL, 1996).

O povo brasileiro é um povo plural, cuja trajetória, desde a formação até os dias atuais, tem possibilitado o encontro e a combinação de tradições culturais diversas e recriado uma combinação nova. Ou seja, um resgate étnico, que irá respeitar e valorizar as pessoas negras e a sua descendência africana, sua cultura e história para, partir de então, desconstruir os mitos que se referem à capacidade intelectual d@s negr@s.

Segundo Silva (2007), somos originários de uma formação que atribui, aos brancos e aos europeus, uma cultura que se diz clássica, desconhecendo ou desvalorizando as culturas dos povos não europeus e não brancos. Isso são tramas históricas que fazem parte do fazer pedagógico, logo, verifica-se o quanto ainda permanecem impregnadas na sociedade atual. Estes fatos aparecem como desafios a serem enfrentados na sociedade. Silva destaca que:

As dificuldades para implantação dessas políticas curriculares assim como a estabelecida no art. 26º da Lei 9.394/1996, por força da Lei 10.639/2003, se devem muito mais à história das relações étnico-raciais neste país e aos processos educativos que elas desencadeiam, consolidando preconceitos e estereótipos, do que a procedimentos pedagógicos, ou à tão reclamada falta de textos e materiais didáticos. Estes, hoje, já não são tão escassos, mas nem sempre facilmente acessíveis (SILVA, 2007, p. 500).

Podemos notar a enorme desigualdade sócio-racial existente nos materiais didáticos utilizados na rede pública do nosso estado, no que se trata do tratamento dado a indivíduos negros e brancos. Infelizmente ainda podemos notar a existência de uma política educacional que tenta ignorar a realidade social e a pluralidade étnico/racial do nosso país. Podemos perceber o grande mal cometido nos livros

didáticos ao silenciarem sobre as questões étnico-culturais. É a introjeção na subjetividade de crianças negras e de jovens negr@s de um sentimento de rejeição com a sua própria identidade.

O livro didático, de modo geral, omite o processo histórico-cultural, o cotidiano e as experiências dos segmentos subalternos da sociedade, como o índio, o negro, a mulher, entre outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e a sua rara presença de forma estereotipada concorrem em grande parte para a fragmentação da sua identidade e autoestima, isto significa que é possível constatar formas de discriminação ao negro, além da presença de estereótipos, que correspondem a uma espécie de rótulo utilizado para qualificar de maneira conveniente grupos étnicos, raciais ou, até mesmo, sexos diferentes, estimulando preconceitos, produzindo assim influências negativas, baixa autoestima às pessoas pertencentes ao grupo do qual foram associadas tais “características distorcidas” (SILVA, 1996, p. 47).

Segundo Gomes e Silva (2002), é preciso trabalhar a diversidade étnico-cultural nos cursos de formação de professores e principalmente nos cursos de formação de continuada. Assim o campo da educação deve ser compreendido de forma articulada com as lutas sociais, políticas e culturais que se desenrolam na sociedade, pois, o direito à educação escolar sempre foi uma bandeira de luta daqueles que empenham esforços pela justiça e pela igualdade social.

É sabido que aprender-ensinar-aprender, processo em que mulheres e homens ao longo de suas vidas fazem e refazem seus jeitos de ser, viver, pensar, os envolve em trocas de significados com outras pessoas de diferentes faixas etárias, sexo, grupos sociais e étnico-raciais, experiências de viver. Tratar, pois, de ensinamentos e de aprendizagens, é tratar de identidades, de conhecimentos que se situam em contextos de culturas, de choques e trocas entre jeitos de ser e viver, de relações de poder (SILVA, 2004, p. 491).

Descobrir-se negr@ não é uma tarefa fácil, onde só se veem negr@s como meramente objeto de trabalho, sobretudo, porque @s negr@s são representados como escravos frequentemente nas ilustrações de imagens dos canais de televisão, e nos livros didáticos – tão trabalhados pelas escolas, as quais têm o objetivo de formar “cidadãos” –, Contudo, essa negação simboliza a pretensa subserviência e subordinação do africano escravizado e de seus descendentes, ao mesmo tempo em que, invisibiliza toda a sua insurgência na escravidão e na atualidade. Os afrodescendentes se dissolvem e se escondem da herança africana, estigmatizando, usando estratégias para fugir do estigma da cor, e do sistema para transformar um grupo majoritário na sociedade minoritária. A cor negra aparece com muita frequência associada a personagens maus: “O negro associado à sujeira, à tragédia,

à maldade, como cor simbólica, impregna o texto com bastante frequência” (ROSEMBERG, 1998, p.1 84).

A mensagem transmitida é que, para o negro existir, ele precisa ser branco, ou seja, para se afirmar como pessoa precisa negar o seu corpo e sua cultura, por fim, sua etnicidade. O resultado dessa penalização é o desvirtuamento da identidade individual e coletiva, e o silenciamento do preconceito por parte da criança e do cidadão ao longo da vida.

A criança negra vivencia arduamente a imagem negativa referente à sua cor da pele e tipo de cabelo, isso, mediante os colegas de escola. Deste modo, sua diferença é vista como feiura no ambiente escolar. De acordo com Romão (2001), muitas crianças, para se tornarem alun@s ideais e aceitos, negam constantemente suas referências de identidade. Diante essa realidade, crianças negras passam por muitos conflitos que podem comprometer sua socialização e aprendizagem.

Nogueira (1995), ao contrário do que afirma Romão, considerou o caráter ambíguo do que ele denomina de ideologia brasileira de relações raciais, afirmando ser esta composta “de um lado, pelo preconceito e, de outro, pelos ideais de igualitarismo racial e de miscigenação”. Segundo esse autor, os efeitos negativos do preconceito racial se manifestam através dos obstáculos impostos à mobilidade social do homem de cor e através do “desencorajamento que tende a resultar da ameaça de humilhação que pende sobre ele e que se torna tão mais iminente quanto mais se mostra ambicioso e arrojado”. Quanto ao aspecto positivo da ideologia brasileira de relações raciais, Nogueira chama a atenção para os argumentos anti-discriminatórios possibilitados por ela.

Sobre a instituição escolar, a perspectiva de Bordieu e Passeron (2008, p. 25) afirma que ao “tratar de modo igual quem é diferente, a escola, de alguma forma, privilegia de maneira dissimulada, quem por sua bagagem familiar, já é privilegiado”. Na concepção d@ educad@r, a escola faz valer o dito popular: excluir os excluídos e favorecer os favorecidos.

Pode-se dizer que uma escola como esta sutilmente avaliará seus discentes de forma desigual, ou seja, pela cor de sua pele, por seu sobrenome ou quem sabe pela posição social, o que Bordieu e Passeron (2008) denominam “juízo de valor”.

No cotidiano escolar, considerável parcela de profissionais da educação diz não perceber os conflitos e as discriminações raciais entre @s própri@s alun@s e entre professores/as e alun@s. Por esse mesmo caminho, muitos também não

compreendem em quais momentos ocorrem atitudes e práticas discriminatórias e preconceituosas que impedem a realização de uma educação anti-discriminatória.

De acordo com Fazzi (2004), a socialização entre as crianças constitui momento de suma importância em que as crenças e noções raciais já internalizadas são experimentadas e testadas pelas crianças. Assim, “nessas interações entre si, as crianças vão aprendendo o que significa ser de uma categoria racial ou de outra, criando e recriando o significado social de raça” (FAZZI, 2004, p.218).

Porém, um olhar um pouco mais atento e preocupado com as relações estabelecidas na escola flagra situações que constata a existência de um tratamento diferenciado que hierarquiza o pertencimento racial dos alunos.

Essa diferenciação de tratamento, uma atitude antieducativa, concorre para a difusão, a reprodução e a permanência do racismo no interior das escolas e na nossa sociedade como um todo. Para Munanga:

O preconceito inculcado na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre os alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado (MUNANGA, 2005, p. 8).

O conflito e a discriminação raciais na escola não se restringem às relações interpessoais. Os diversos materiais didático-pedagógicos – livros, revistas, jornais, entre outros – utilizados em sala de aula, que, em geral, apresentam apenas pessoas brancas com e como referência positiva, também, são ingredientes caros ao processo discriminatório no cotidiano escolar. Quase sem exceção, os negros aparecem nesses materiais apenas para ilustrar o período escravista do Brasil-Colônia ou, então, para ilustrar situações de subserviência ou de desprestígio social.

A utilização de recursos pedagógicos com esse caráter remonta a um processo de socialização racista, marcadamente eurocêntrico e etnocêntrico que, historicamente, enaltece imagens de indivíduos brancos, do continente europeu e estadunidense como referências positivas em detrimento dos negros e do continente africano.

A respeito e simultaneamente a isso, o sistema educacional brasileiro, da mesma forma que as demais instituições sociais, está repleto de práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas, o que gesta, em muitos momentos, um cotidiano escolar prejudicial para o desenvolvimento emocional e cognitivo de todas as

crianças e adolescentes, em especial às consideradas diferentes – com destaque para os pertencentes à população negra (CAVALLEIRO, 2001).

A escolaridade de brancos e negros nos expõe, com nitidez, a inércia do padrão de discriminação racial. (...) apesar da melhoria dos níveis médios de escolaridade de brancos e negros ao longo do século, o padrão de discriminação, isto é, a diferença de escolaridade dos brancos em relação aos negros se mantém estável entre as gerações. No universo dos adultos observamos que filhos, pais e avós de raça negra vivenciaram, em relação aos seus contemporâneos de raça branca, o mesmo diferencial educacional ao longo de todo o século XX (HENRIQUES, 2002, p. 93).

Tendo em vista a população brasileira e sua evidente pluralidade, não se pode mais permitir que tantas crianças e jovens neguem sua identidade porque não conhecem sua história. Por isso, as salas de pré-escola e classes iniciais devem ser de fato um ambiente prazeroso, onde são oferecidos e trabalhados todos os tipos de materiais para que, através da observação, comparação, classificação e reflexão, as crianças possam descobrir a importância da cultura, das manifestações artísticas, das crenças, rituais afro-brasileiros, procurando se apropriar deles, e assim, construir conhecimentos históricos importantes para a própria luta social.

Assim, a escola que deveria ser um espaço de fortalecimento da dignidade, desenvolvimento da cidadania plena, acaba sendo, para as crianças negras, um mecanismo de reprodução de sua condição social, na medida em que lá elas não recebem um tratamento adequado ao seu desenvolvimento intelectual e emocional (CAVALLEIRO, 2001).

O silêncio tem um papel relevante no que se refere à temática racial e educação, e nesse caso o silêncio tem resultados prejudiciais. Assim, mesmo que não se expresse, não significa que isso seja menos prejudicial à construção da identidade étnica das crianças. A esse respeito Gonçalves afirma:

Educar a criança negra pressupõe, entre outras coisas já analisadas, quebrar silêncio que a cerca. Tarefa difícil, à medida que o silêncio manifesta-se como ritual pedagógico, e como tal impõe-se a todos os membros da escola, sem exceção, embora o ato de “silenciar” tenha, para cada um, significados diferentes. (1985, p.318)

Na realidade, esta situação se perpetua nas escolas não pelo que é dito, mas, principalmente, pelo que é silenciado. Se esse silêncio não for quebrado, é provável que as crianças negras encontrem muita dificuldade em construir as suas identidades sem traumas e sentimentos de inferioridade. Conforme Santos (2005), essa atitude de silenciar frente a novas realidades acaba, por si só, provocando o essencialismo, dificultando a desconstrução da diferença vista como um conceito

para reunir elementos pejorativos e discriminatórios, inferiorizando o negro, justificando assim a ideia de posicioná-lo como dominado, inferior, incapaz, diferente. Nesse contexto, a construção identitária dessas crianças será marcada pelo preconceito e a autonegação. De acordo com as palavras de Orlandi (1995): “dizer ou calar não é vazio de sentido, até o silêncio tem um sentido”. Ainda de acordo com Orlandi,

Dizer e silenciar anda junto. Há, pois, uma declinação política de significados que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar de dizer “outras”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Esta é a sua dimensão política. (1995, p.55).

De acordo com Cavalleiro (2000), esse silêncio permite que cada criança socializada em nossa cultura internalize representações preconceituosas a respeito da população negra sem se dar conta disso, e mesmo, quando se dão conta, não modificam seu modo de pensar por acreditar ser o mais correto.

Apesar de os PCNs preverem discussão da pluralidade cultural brasileira, os professores ainda não sabem lidar com o tema. Fazer com que os estudantes tenham respeito e valorizem as diferentes características étnicas e culturais brasileiras, é uma das propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Segundo o documento redigido em 1996, a escola deve contribuir para a formação de indivíduos éticos e que entendam a diversidade como fator fundamental de nossa sociedade. Mas essa diretriz ainda não saiu do papel. Portanto, o caminho é conscientizar e dar ao professor as condições necessárias para se atualizar, pois o silêncio dado a essas ações contribui para a sua permanência, pois, conforme declarou o Ministro da Educação e do Desporto em 1997.

Sabemos que isto só será alcançado se oferecermos à criança brasileira pleno acesso aos recursos culturais relevantes para a conquista de sua cidadania. Tais recursos incluem tanto os domínios do saber tradicionalmente presentes no trabalho escolar quanto às preocupações contemporâneas com o meio ambiente, com a saúde, com a sexualidade e com as questões éticas relativas à igualdade de direitos, à dignidade do ser humano e à solidariedade.

Dessa forma, a escola necessita com urgência reformular seus conteúdos e problematizar a questão d@ negr@ no contexto escolar dando a conhecer a diversidade cultural da criança negra, criando assim possibilidades de conhecimento da sua cultura. Sabemos que as leis sozinhas não bastam. Nessa luta, o papel do docente é fundamental. O/A professor/a deve possuir informação, formação,

discernimento e sensibilidade sobre a situação da realidade social e racial do país, para contribuir para a superação do preconceito e discriminação (PCNs, 1997).

Segundo Munanga (2005), a formação de professores que não tiveram em sua base formativa a história da África, da cultura do negro no Brasil, e a própria história do negro de modo geral, constitui-se no problema crucial das novas leis que implementaram o ensino da disciplina na escola. E isso não ocorreu simplesmente por falta de conhecimento teórico, mas, principalmente, porque o estudo dessa temática implica enfrentamento e derrubada do mito da democracia racial que paira sobre o imaginário da maioria dos/as professores/as.

4. RELATÓRIO: A INTERPRETAÇÃO DE UM MUNDO TEÓRICO E UMA PRÁTICA AUSENTE

A pesquisa em tela foi realizada em duas escolas, na Escola Sonho de Criança¹⁵, localizada na Rua Moeda de Prata, S/N, Centro, Amargosa-Ba, e na Escola Pintando o Sete, localizada na Vila Preta, Nº 789, Subúrbio, Amargosa-Ba. Ambas fazem parte da rede municipal de ensino, atendendo a crianças, jovens e adultos do município de Amargosa-BA, em duas turmas do ensino fundamental I, 5º ano, sendo uma turma do turno matutino “mesclando alun@s da zona rural e zona urbana”, e a outra no “turno vespertino exclusivamente de alun@s da zona urbana”. As escolas atendem discentes em situação social diversificada “rico, pobre, negros, brancos, amarelos enfim...” com a maioria oriunda de família de baixo poder aquisitivo. A análise iniciou-se em uma da escola no segundo semestre de 2014, em um momento corrido, porém foi possível obter respostas para as postostas de estudos elaboradas nessa pesquisa. O estudo na outra escola iniciou-se em fevereiro de 2015, mais precisamente, com o início das aulas municipais. Tivemos como sujeitos 37 alunos, com faixa etária entre 9 e 14 anos, e duas professoras, tivemos uma grande diversificação no que diz respeito a cor que cada um se auto-declaravam, muitos se declaram com índios, morenos claro, negros, pardos e morenos.

Encontrei muita dificuldade para o começo da pesquisa de campo. Muitas escolas não aceitam o desenvolvimento da pesquisa, utilizando a argumentação de

¹⁵ O nome e endereço das escolas são fictícios, para garantir a ética da pesquisa.

que a universidade sempre os procuram para desenvolvimentos de pesquisa “extrai o que necessita”, porém nunca se têm retorno esperado, ou seja, não elaboram propostas que contribuam para a modificação do cenário atual da escola, após os resultados encontrados através da pesquisa. Justifiquei que essa pesquisa teria como proposta principal a construção de um relatório que seria direcionado a secretaria municipal de educação do município, seria uma forma de retorno, pois, daria um parecer quanto à aplicação da lei 10.639/03, infelizmente muitos disseram não, sendo a pesquisa restrita apenas a 2 escolas municipais.

Vejo essa postura como uma forma de resistência, porque, em outros momentos pesquisas foram feitas, e os resultados sempre foram uma denúncia, pelo fato de serem identificadas propostas belíssimas apenas no papel sem nenhum desenvolvimento ou propostas curriculares existentes na escola. Estive na escola por um determinado período buscando estabelecer relações com professores/as, alun@s e funcionári@s; o início é sempre conflituoso, fica sempre aquele enigma, o que ela quer? Qual a função que ele vem exercer? Infelizmente, no interior, as pessoas sempre acham que estão sendo vigiados, e tudo seria um motivo de “denúncia” seja a direção da escola ou gestão municipal. A maioria d@s alun@s mantiveram-se afastados como se quisessem, antes de qualquer coisa, compreender a função daquele novo ser na sala de aula. Porém, com o tempo os laços foram se estreitando e tudo começa fluir.

A proposta inicial foi desenvolver uma análise documental, sendo esses o Projeto Político Pedagógico antes da criação da lei 10.639/03 ano de 2008, e o PPP atual 2014/2015, para, no entanto, compreender as mudanças, bem como, os impactos causados com o surgimento da lei. Infelizmente, uma das escolas analisada pertencia ao estado, sendo municipalizada há mais ou menos 12 anos, com o passe e repasse de estado/município, o PPP ainda se encontra em processo de construção. A segunda escola analisada, por sua vez, possui um PPP muito bem estruturado, que foi elaborado em 2009 com validade até 2015, com admiráveis propostas para implementação da lei 10.639/03¹⁶, entretanto, essa proposta não

¹⁶ Alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº9.394/96 nos artigos 26-A, 79-A e 79-B, determinando a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas. § 1o - O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil; § 2o - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira

passa do papel. Além da análise do PPP, busquei, também, a apreciação de projetos existentes nas escolas que contemplassem a proposta da lei 10.639/03, porém, numa das escolas não possui nenhum projeto, e na outra possui apenas um projeto referindo-se a diversidade; nada voltado exclusivamente à aplicabilidade da lei.

Analisei os planos de aula. Sequer foram mencionadas quaisquer questões sobre a lei ou as questões étnico-raciais foram referidas, embora, o livro didático¹⁷ adotado pelas escolas municipais tragam boas propostas que transcorrem da chegada do negro no Brasil. O contexto que o trouxe até aqui, bem como, suas condições de vida até o ato de resistência garantias e culturas. Porém, infelizmente, nesse período de observação, não presenciei nenhuma aula de história, seja ela boa ou ruim que contemplasse a lei ou as propostas abordadas no livro de história. O que ficou subtendido para mim, foi que as aulas de história estão na proposta curricular apenas para constar, “pra quando dê se dê”, excepcionalmente a prioridade ainda está centrada nas aulas de português e matemática.

Dando continuidade à pesquisa, debrucei a observar o cotidiano e compreender como se dão as relações raciais no dia-a-dia escolar entre professor/a e aluno/a, aluno/a professor/a e aluno/a aluno/a, observando, a partir daí, como está sendo retratada a imagem do negro na escola. Também foi observada a prática pedagógica da professora, no que diz respeito, as questões raciais a partir da implantação da lei 10.639/03, faixa e cartazes existentes na escola. No início das observações, fiquei estarecida, pois, não consegui conceber a ideia da lei estar caminhando para os 11 anos e alguns/umas alunas terem certos tipos de comportamentos, provenientes da escassez de informação a respeito de toda proposta programática que a lei traz do ensino fundamental ao ensino médio. Apenas encontrei na sala de aula um cartaz com a imagem de uma criança negra “com traços europeus”, cabelos lisos e olhos puxados e uma criança loira. Na outra escola, havia várias figuras, mas com padrões semelhantes.

Foram estudadas 2 salas de 5º ano, tendo como sujeitos da pesquisa 39 alunas, sendo 95% negras que não se aceitam e apontam características que estão fora do padrão de beleza dito ideal, os quais se aproximam do ocidental. A

serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

¹⁷ ÁPIS encontra-se em sua 1ª edição.

relação entre @s alun@s em ambas as salas de aula não era amigável nem afetiva – eles se agredem a todo tempo fisicamente e verbalmente, colocam apelidos que inferiorizam @s negr@s o tempo inteiro, preterindo em relação ao branco. Alguns dos apelidos adotados por eles são até dolorosos de ouvir: “macaco”, “cabelo de bicho”, “leoa” – todos esses direcionados exclusivamente aos/as alun@s negr@s. Uma das poucas alunas de pele clara e cabelos lisos é vista como centro das atenções sendo sempre comparada a mulheres de corpo dito escultural, sendo chamada de “Verão” – mulher de corpo escultural que ilustra a propaganda da cerveja “Itaipava” na atualidade. Quanto a relação das professoras com @s alun@s, aparentemente é igualitária para tod@s não havendo diferenças de tratamento.

Em ambas escolas, as professoras¹⁸ tentam contornar a situação pedindo silêncio e respeito aos alun@s. Porém, essa postura é insuficiente. Faz-se necessário que seja estabelecido o respeito a tod@s, independentemente da cor da pele ou classe social, eles precisam compreender desde cedo que o racismo, o preconceito e a discriminação¹⁹ são crimes. Determinados tipos de comportamentos que eles adotam demonstram a falta de conhecimento desse agravante. A lei e suas implicações devem ser trabalhadas desde seu surgimento, a proposta e seu sentido para que se tenham outros tipos de comportamento em sala de aula, seja ela por parte d@s alun@s, professores/as, coordenação e demais funcionári@s,

Cremos que a Educação é capaz de dar tanto crianças, ao jovem, e adultos a possibilidade de questionar e de desconstruir os mitos de superioridade e de inferioridade entre grupos humanos que foram socializados.²⁰

Porém algo me chamou a atenção no decorrer da entrevista com uma das professoras que se autodeclarou parda. Se seguirmos as definições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como, de outros órgãos oficiais, “agrega-se na categoria negra, os indivíduos autodeclarados pretos e pardos”. Entretanto, a minha percepção foi aguçada, quando na análise do discurso da entrevistada, havia um interesse na afirmação do branqueamento, uma “exoneração” do grupo étnico como se o pertencer ou não pertencer dependesse

¹⁸ Ambas são discentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Formação de Professores.

¹⁹ A Lei 9459, de 13 de maio de 1997, corrigiu a Lei 7716, de 15 de janeiro de 1989, modificando os artigos 1º e 20, e revogou o artigo 1º da Lei 8081 e a Lei 8882, de 3.6.94. A lei pune, com penas de até cinco anos de reclusão, além das multas, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, de cor, etnia, religião ou procedência nacional.

²⁰ MUNANGA, 2008, P.17

unicamente do reconhecimento e da auto-declaração. Tive total confirmação quando no decorrer da entrevista ela sempre se posicionava como “eles”, como se estivéssemos falando de um povo distante que estivesse distante da sua realidade, do seu convívio social. Pareceu-me clara a necessidade de uma formação apropriada no que diz respeito às questões étnico raciais. Dessa forma concordo com Munanga:

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos e responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função deste, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade. (MUNANGA, p.7 2001).

Antes da aplicação do questionário, a professora teve acesso ao mesmo, buscando assim ter conhecimento do assunto em questão, entretanto, ao aplicar o questionário @s alun@s demonstraram não ter absorvido o ensinado. A mesma de forma oral e escrita deixou claro que não possui formação para lidar com as questões raciais em sala de aula, quando enfatiza; “(...) em alguns momentos temos que fazer vista grossa referente a algumas atitudes”. (PROFESSORA A, 2015, INFORMAÇÃO ESCRITA).

Essa com certeza não é a postura correta, pois, ignorar a situação só alimenta sua perpetuação. Compreendo perfeitamente que a falta de formação contribui muito para atitudes como essa, pois, não se forma quando não se é formado. A outra escola em estudo, a professora só confirma que não têm formação para lidar com as questões étnico raciais, devido, seu estudo acadêmico perpassa por outra linha de pesquisa;

“Tenho um conhecimento de senso comum, mas embasamento teórico eu não tenho na área, a gente não recebe formação pra isso, não esta reparada pra isso, o que acaba acontecendo... A gente lida com o já sabe da vida o que aprendeu na escola, em casa, o que aprendeu no mundo por que a universidade não nos prepara pra isso, se você não está em uma linha pra pesquisar sobre isso”. (PROFESSORA B, 2014, INFORMAÇÃO ORAL).

Seja através das práticas pedagógicas, planos de aula, até mesmo existência de projetos, ficou visível que aplicação da lei está bem longe de acontecer, contudo,

fica evidente que não basta mencionar e criar proposta “de papel”; as leis existem para que sejam cumpridas. Papel por papel nosso país já é recordista de leis de papel engavetas. É deplorável presenciar a resistência para que a verdadeira história dos afro-brasileiros se torne conhecida. Essa situação só colabora para perpetuação de uma imagem inferiorizada d@ negr@, o que acaba sustentando o preconceito²¹, trazendo grandes implicações para que o processo da construção da identidade negra não se inicie na infância de forma positiva. Quando questionada em relação aos principais entraves para lidar com as questões raciais em sala de aula as professoras enfatizam.

Em primeiro lugar a não aceitação de alguns familiares, a resistência de alguns colegas, pois acham que isso gera discussões não agradáveis quando o assunto é abordado. (PROFESSORA A, 2015, INFORMAÇÃO ESCRITA)

(...) mais matérias mais recursos, a escola ainda está fechada na prova Brasil, na nota na aprovação, número de aprovação essas questões específicas de relações étnico raciais de sexualidade de questões de currículo estão muito assim deixada de lado, muito superficial, eu acho que o professor ele precisa de um apoio sozinho ele não consegue precisa de um apoio de coordenação, direção secretaria principalmente, acho que um material didático com oficina com palestra seria importante. (PROFESSORA A, 2014, INFORMAÇÃO ESCRITA)

Infelizmente muitas argumentações são utilizadas como justificativas para a ausência do trabalho dando foco às questões étnico-raciais. Sabemos que as escolas tem uma proposta pedagógica engessada,²² com isso, a dinâmica do cotidiano escolar é variável, com especificidades diferentes. Entretanto, o professor não pode nem deve se ater apenas as propostas prontas. Não é admissível estar reproduzindo histórias sem sentido ou deturpada sobre os afro-brasileiros, pois, assim estamos contribuindo para a perpetuação do preconceito, da discriminação e do racismo, seja de forma consciente ou inconsciente. Sendo assim, a inovação também é papel do/a professor/a, que pode priorizar as aulas de história, contextualizando a importância e o grande papel d@ negr@ na construção do nosso país, não se omitindo a esse fator e sim dando ênfase a fatos reais. Concordo em parte que se faz necessário melhores aportes para que sejam trabalhadas as questões raciais em sala de aula, todavia, se começarmos a caminhar em passos

²¹ O preconceito pode ser explicado como a “instituição da lei social não pensada”. O preconceito e a discriminação racial em torno da população negra podem atuar no imaginário social como uma “Lei implícita” ou como uma forma de delimitar, por exemplo, o espaço social do negro. (ITANI, 1998, p.124).

²² Plano Nacional de Educação e PNE e Plano de Curso Anual. (Propostas de ensino encaminhadas para escolas).

lentos poderemos alcançar dias melhores. O que não pode nem deve acontecer é cruzar os braços esperando as condições necessárias; se não temos o ideal que tenhamos a iniciativa de trabalhar com o real, o que de fato, temos de concreto.

Essa é a realidade que encontrei na escola – as aulas de história não vem sendo ministrada, a prioridade ainda está centralizada nas demais disciplinas. Em relato oral, a professora enfatizou que as aulas são ministradas em dias de terça ou quarta-feira. Mas, não presenciei nenhuma durante esse período de visitas e observações na escola. É deplorável presenciar a resistência das pessoas em colocar a lei em prática. Isso é visível em todos os espaços escolares, seja através dos cartazes espalhados pela escola, pela ausência de valorização da história e cultura afro-brasileira, na formação ofertada aos profissionais que estarão atuando em sala de aula. Como enfatiza uma das professoras entrevistadas: “nem todos os profissionais são contemplados com a formação continuada, especifica para essa questão”, (PROFESSORA A, 2015, INFORMAÇÃO ESCRITA).

Jamais daria à escola e às professoras a exclusiva responsabilidade por um ensino de qualidade que de fato pudesse contribuir de forma positiva para a formação da identidade negra de alun@s, pois compreendemos que temos uma história distorcida que perpassa por séculos e pendura até a atualidade. Concordo também, com ausência de aporte, porque entendemos a precariedade de uma formação para lidar com essas questões, além deles/delas “(...) também foi formado nesta sociedade e reproduz o que ela naturalizou ao longo da história”.²³ Para tanto, a sala de aula é um local onde @s alun@s permanecem por maior parte do seu tempo, o que acaba reforçando e atribuindo aos/as professores/as a necessidade de buscas de formação ainda que seja por iniciativa particular, porque, possuem um papel mais que importante na sociedade, que é a formação de cidadãos os homens e mulheres do futuro.

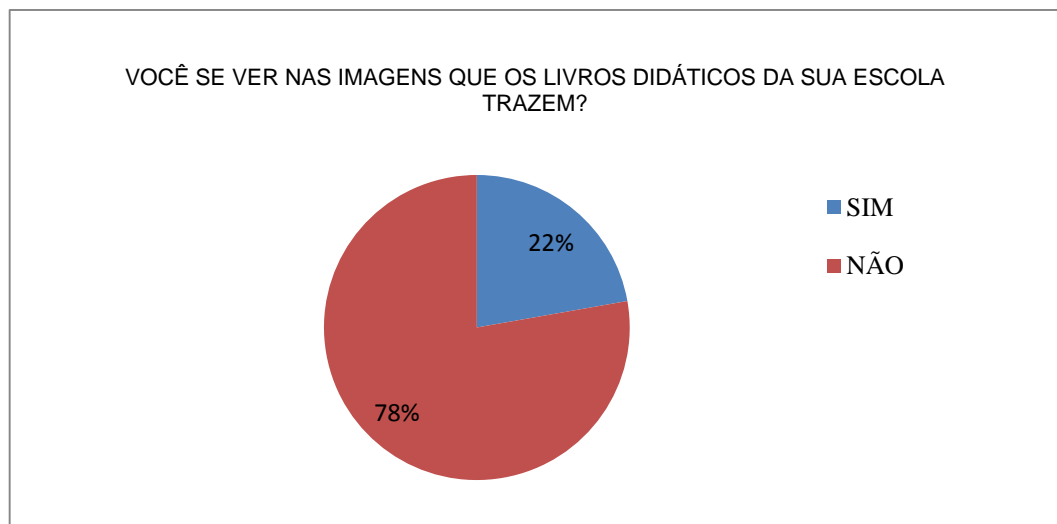
Buscando compreender as implicações da escola na formação da identidade negra d@s alun@s, foram desenvolvidos dois tipos de técnica de coleta de dados com @s alun@s. Em uma das escolas foi utilizada o grupo focal, buscando focalizar a proposta apenas ao grupo que estivesse disposto a colaborar com a pesquisa. sendo assim “selecionados” apenas 12 alun@s com a ajuda da professora. Na outra escola, por sua vez, foi utilizado o questionário aberto com todos @s 25 alun@s.

²³ MUNANGA, 2005

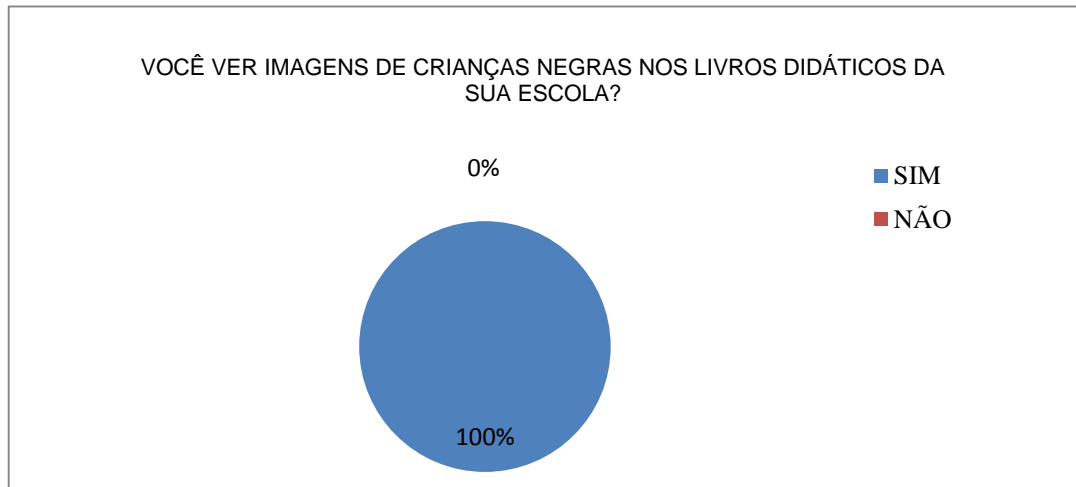
No grupo focal foi elaborado de forma proposital um roteiro de questões com perguntas semelhantes, buscando a interpretação de como eles se vêem e como eles interpretam as imagens de negros, e como a escola tem lidado com essa questão étnico-raciais. Importante enfatizar que todos que fizeram parte do grupo focal eram negros, porém em sua maioria se declaram morenos, moreno claro, loiro... Apenas 3 das 12 crianças que fizeram parte do GF, se autodeclaram negros, possibilitando-nos interpretar que, embora através das entrevistas as professoras e coordenação pedagógica afirmem que têm ciência da importância da lei 10.639/03, muitos alunos não conseguem afirmar-se quanto negros e com certeza a formação ofertada para professores não tem dado conta de trabalhar de forma positiva a imagem de negro.

Isso fica visível através das posturas e comportamentos dos alunos. Desde muito cedo, os alunos negros não conseguem vê-se positivamente; apenas de forma estereotipada retratada pela mídia, que a todo o momento busca afirmar uma igualdade racial inexistente no Brasil. Quando questionados através do grupo focal, as palavras que lhes vêm à cabeça quando escutam determinados termos *branco* e *negro* – BRANCO: “homens bonitos, ricos e limpos...”; NEGRO: “escravo, sujo...”. (A1, 2013, INFORMAÇÃO ESCRITA).

Assim vislumbramos como os alunos imaginam o branco e como vê os negros, o que justifica a negação do “não ser negro” e as inúmeras justificativas para afastar-se. Além das formas como a escola vêm trabalhando a imagem dos negros, seja nos exercícios em sala de aula até mesmo no livro didático. Vejamos os gráficos a seguir:



Fonte: Pesquisa A interpretação de um mundo teórico e uma prática ausente. UFRB, 2015.



Fonte: Pesquisa A interpretação de um mundo teórico e uma prática ausente. UFRB, 2015.



Fonte: Pesquisa A interpretação de um mundo teórico e uma prática ausente. UFRB, 2015.

Por meio desses resultados, podemos perceber que a forma como a escola tem trabalhado com as questões étnico raciais não tem contribuído para a formação da identidade negra d@s alun@s, porque, embora traga imagens de crianças negras, essas imagens não os representam. Algumas das respostas do questionário me chamaram atenção, pois, quando questionados se as imagens que a escola traz o representava eles respondera, sem hesitar,

“Não, eu não sou escravo”. (ALUNO A, 2015, INFORMAÇÃO ESCRITA).

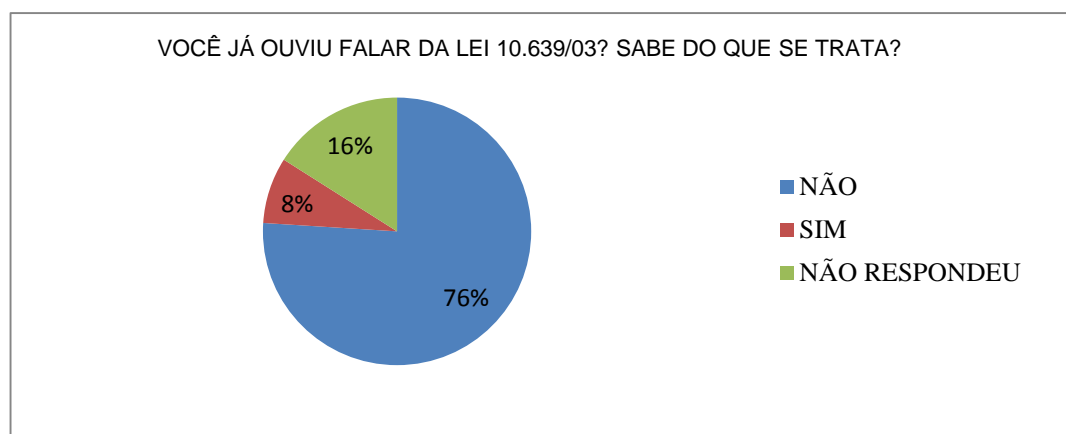
“Não, não é só o branco que tem que está no cartaz da escola”. (ALUNO B, 2015, informação escrita).

“Não, representam africanos”. (ALUNO C, 2015, INFORMAÇÃO ESCRITA)

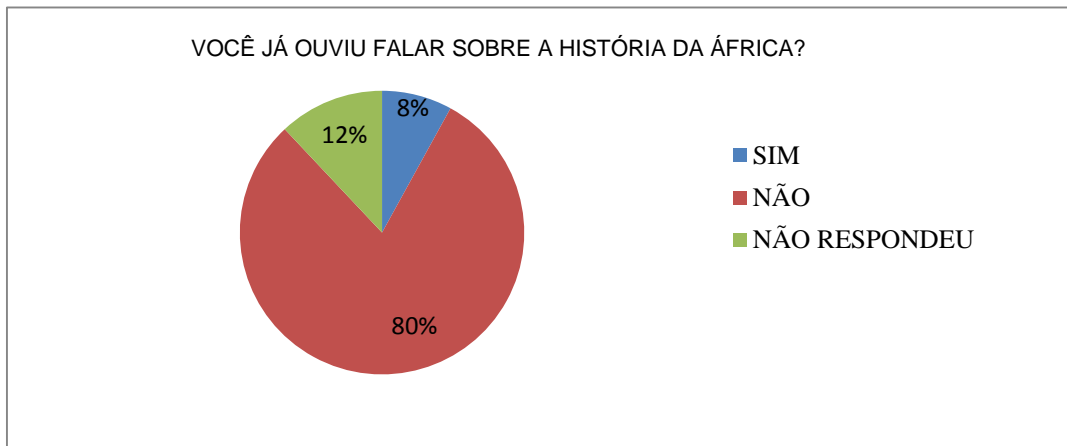
“Sim, na minha escola tem branco, negro e moreno”. (ALUNO D, 2015, INFORMAÇÃO ESCRITA)

O mesmo roteiro de perguntas foi utilizado em forma de questionário aplicado na outra escola. Em uma turma de 25 alun@s, os resultados do questionário foram contraditórios, porém surpreendentes – 48% disseram que não vê imagens de crianças negras, 44% responderam que sim e 8% não responderam, ou seja, embora 44% tenham respondido que sim, quando questionado se os representa esse número cai de 44% para 5%, o que nos leva a afirmar que o sentido como a escola tem trabalhado e representado a imagem d@ negr@ em seus ambientes de contribuem positivamente para a formação da identidade negra d@s alun@s, vindo sempre @s negr@s de forma distante, negativa e irrelevante, representa “o negro”, ele não consegue se vê sua representação no negro que a escola trás.

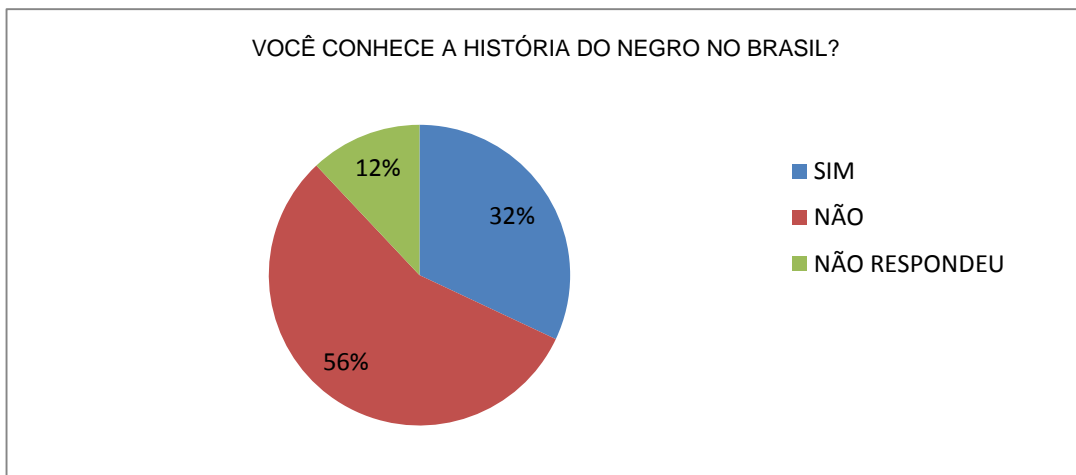
Quando questionamos @s alun@s sobre a existência da lei 10.639/03, essa situação fica ainda, mas agravante, embora, a coordenação pedagógica da escola afirme que desenvolve trabalhos e seus currículos, contem as proposta da lei, a professora assegura trabalhar dentro da perspectiva da lei. Infelizmente, os resultados encontrados através d@s alun@s comprovam que não. O que nos leva a concluir que a lei não está sendo trabalhada nas aulas de história, a seguir podemos contemplar os resultados:



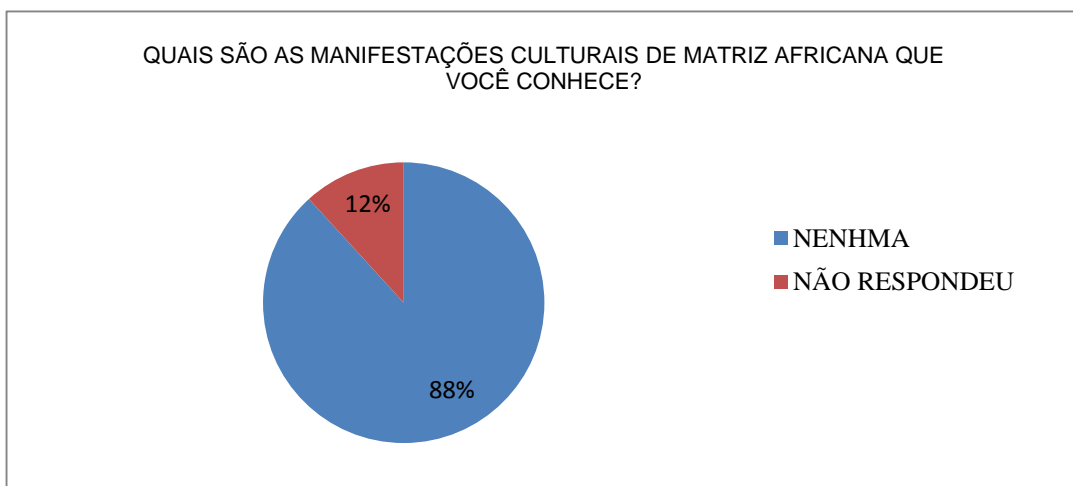
Fonte: Pesquisa A interpretação de um mundo teórico e uma prática ausente. UFRB, 2015.



Fonte: Pesquisa A interpretação de um mundo teórico e uma prática ausente. UFRB, 2015.



Fonte: Pesquisa A interpretação de um mundo teórico e uma prática ausente. UFRB, 2015.



Fonte: Pesquisa A interpretação de um mundo teórico e uma prática ausente. UFRB, 2015.

Como utilizei o questionário aberto, após a resposta de algumas questões, outras foram desenvolvidas. Quando questionamos se eles conhecem a história do

negro no Brasil, 52% disseram que não, os 32% que responderam que sim, dentro do seguinte contexto;

“Interessante”. (ALUNO A, 2015, INFORMAÇÃO ESCRITA).

“A escravidão que veio de Portugal”. (ALUNO B, 2015, INFORMAÇÃO ESCRITA).

“Negros escravizados”. (ALUNO C, 2015, INFORMAÇÃO ESCRITA).

“Os portugueses escravizaram os negro para fazer o trabalho deles.” (ALUNO D, 2015, INFORMAÇÃO ESCRITA)

“Os negros fizeram os brancos de escravos”. (ALUNO E, 2015, INFORMAÇÃO ESCRITA).

É possível perceber respostas soltas que não se justificam através das ações cotidianas. Dessa forma, podemos interpretar a dificuldade que as crianças possuem em assumir-se negr@, iniciar uma identidade negra ainda na infância. Essa pesquisa foi desenvolvida com um número equivalente a 37 alun@s, sendo 95% negr@s, porém com inúmeras justificativas para não se declarar como tal apenas 9 dos 37 se autodeclararam negr@s²⁴, os demais se declaram branco, moreno, moreno claro, indígena, pardo. Com certeza esse e tantos outros comportamentos são heranças de uma representação deturpada da imagem e da história do negr@, fazendo com que carreguem em si a rejeição por seu grupo étnico racial, além, da legitimação de uma história de insatisfação e rejeição. A dita “democracia racial” está tão arraigada nas nossas vidas, que podemos perceber a forma cruel como se constrói uma formação racista e discriminatória nas escolas, o que flui de forma tão natural, que até parece normal, “todos se negarem”, buscando se aproximar de uma identidade europeia que não lhes pertence.²⁵

Nos “papéis” encontramos propostas ditas igualitárias, entretanto, não existe. Estamos falando de pessoas que tiveram seus direitos negados; tratar de forma

²⁴ Ser escuro é ser menos e se claro é ser mais; portanto, há um princípio de valor cultural e, nesse sentido os escuros são negros e os claros são brancos. Os escuros vieram da África e os brancos da Europa. (...) Mas, ao construir-se esse contínuo gradual de cores, constrói-se ao mesmo tempo, a oposição de brilho e ausência de brilho, ou seja, no limite os claros são os brancos e os escuros são os pretos, valorizam-se ou hierarquizam-se os tons, e os claros são os melhores. (Ivonne Maggie apud Munanga, 1999)

²⁵ A identidade étnica do brasileiro é substituída por mitos retificados, usados pelos próprios não brancos e negros especialmente, que procura esquecer e/ou substitui a concreta realidade por uma enganadora magia cromática na qual o dominado se refugia para aproximar-se simbolicamente, o mais possível, dos símbolos criados pelo dominador. (Clóvis Moura apud Munanga, 1999)

igual indivíduos que sempre formam tratados de forma diferente é como perpetuar as desigualdades no ambiente escolar. É necessário que as práticas educacionais sejam refletidas, que esses métodos possam ser pensados através de outro viés. A história d@ negr@ precisa ser contextualizada a partir d@ negr@ de hoje “contemporâneo”; além, da criação de leis específicas destinadas a atender as especificidades da cultura e história afro-brasileira, políticas públicas direcionadas para garantir a diversidade. Infelizmente a escola vem expandindo a imagem d@ negr@, nos livros, cartazes, datas comemorativas, e festejos educacionais ainda vêm sendo marcado por uma credence visível e ao mesmo tempo, oculto. Vemos que existe a “preocupação” de atender a demanda e as proposta da lei 10.639/03, não ultrapassa os papéis, porém, a formação que escola vem ofertando, as propostas de abordagens que alguns livros didáticos vêm trazendo a respeito d@s negr@s ainda continuam sendo uma mera reprodução de mais de décadas atrás.

7. CONCLUSÃO

Ao concluir essa etapa da pesquisa evidenciei o que antes apenas era hipótese. Ao contextualizar a trajetória do negro no Brasil, evidenciei que ainda é conflitante as representações dos afro-brasileiros nas escolas que nesta pesquisa foram analisadas. Infelizmente transparecem um perfil institucionalizado, ou seja, um espaço onde o racismo naturalizou-se. Durante todo desdobramento da pesquisa confirmei, o que estava em evidente por todo espaço escolar, a ausência de representações que fossem dotadas de verdades sobre @ negr@, ou que simplesmente pudesse ser instrumento de desconstrução das histórias estereotipadas disseminadas nas escolas e na sociedade.

Em muitos momentos o silêncio foi utilizado como artifício para protelar a construção da identidade negra d@s alun@s de forma positiva. O silenciamento e as omissões visualizadas na escola trazem grandes preocupações, tendo em vista, o importante papel que a escola ocupa perante a sociedade. Dessa forma, é possível compreender que as questões raciais, e esses atos de omissão giram em torno da justificativa de que a falta de conhecimento e formação desses conteúdos, é um dos principais entraves para a não abordagem em sala de aula.

Entretanto é importante enfatizar que uma das grandes dificuldades para a formação da identidade negra d@s alun@s é a ausência de uma formação adequada para os/as professores/as no que tange a questão étnico-racial. É perceptível a necessidade de uma formação apropriada que dê conta de formar @s alun@s para que tenham juízo de valor e saibam exercer e lidar com sua identidade étnico-racial independente, sem influências ou interrupções.

Muitas histórias são contadas referentes à história da chegada e permanência d@ negro@ no Brasil. No entanto, são deturpadas sem contextualização, principalmente, porque muitos ainda desconhecem o importantíssimo papel d@ negro@ na construção da história do Brasil. Portanto, Não podemos mais nos calar diante das realidades encontradas na escola. Chega de conformismo! A formação pode ser um desses instrumentos de desconstrução.

Sabemos das limitações dos/as professores/as em trabalhar alguns conteúdos, assim, não os culpamos unicamente por essa omissão. Sabemos da existência de um sistema que se diz igualitário, entretanto, criam leis para engavetar. O movimento negro está a todo vapor, buscando a efetivação da lei 10.639/03 para garantir um alicerce básico nas escolas, mas infelizmente a realidade ainda é crítica mesmo após onze anos de criação lei. Vamos continuar lutando pela formação de profissionais comprometidos com a função de verdadeiramente formar, tendo como objetivo a mudança do cenário educacional.

A reprodução que a escola traz sobre @ negro@ mostra que não existe empenho no aprofundamento da temática afro-brasileira. A causa está na notória negação das pessoas que compõem a educação e a grande valorização do padrão ocidental, ou seja, consiste em um processo de formação superficial e insuficiente para lidar com tais questões. As omissões perpetuadas na escola estão atreladas à institucionalização do preconceito e da discriminação na nossa sociedade, e, se, o debate das questões étnico-raciais não for assumido no âmbito escolar, continuaremos a reproduzir uma sociedade, na qual @ negro@ ocupa as margens sociais. Ficando assim visível que a escola não está contribuindo para a construção identitária das crianças negras. Isto posto, é imprescindível o pronunciar da escola para que o trajeto educacional d@ negro@ não continue sendo marcado pelo preconceito e a autonegação.

A formação de professores/as possui suas características específicas no processo de formação da identidade docente, intensificando processo pedagógico,

ou seja, é necessário que seja fortalecido o sentimento de pertencimento para que sua identidade profissional seja construída, sobretudo, porque será necessário que o desenvolvimento de suas práticas sejam transformadores, intervindo concretamente. Deste modo, entendemos os grandes desafios que as universidades lidam para dar conta da formação dos professores da educação básica. Assim, comungo da linha de pensamento que defendem o estágio como um passo indispensável na formação de professores.

Comungo também, do pensamento de estudiosos quando salientam a formação de professores que não tiveram em sua base formativa a história da África, da cultura do negro no Brasil, e a própria história do negro de modo geral, se constituírem no problema crucial das novas leis que implementaram o ensino da disciplina na escola. E isso não ocorreu simplesmente por falta de conhecimento teórico, mas, principalmente, porque o estudo dessa temática implica enfrentamento e derrubada do mito da democracia racial que paira sobre o imaginário da maioria dos professores.

Todavia, podemos compreender que a formação da identidade étnico-racial inicia-se desde a infância, implicando assim a importância da formação dos professores. Infelizmente, muitos profissionais centralizam-se apenas em propostas prontas aludidas nos livros didáticos, sem aprofundar-se na temática, abordando a temática superficialmente com sentidos contrários, porém faz-se necessário o desdobramento de aulas inovadoras contextualizadas sendo prazerosa e proveitosa para alunos e professores/as.

A escola brasileira precisa conhecer e vivenciar a diversidade de seus/suas alunos, e principalmente permitir que a escola seja um instrumento de alfabetização, bem como, ser também, um instrumento de crescimento cultural, de descoberta de experiências étnico-raciais. Tendo em vista, população brasileira e sua evidente pluralidade, não se pode mais permitir que tantas crianças e jovens neguem sua identidade porque não conhecem sua história. É primordial, portanto, que na primeira etapa da educação básica, definida pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9.394/96), os educadores proporcionem às crianças atividades que desenvolvam suas potencialidades no aspecto cognitivo, afetivo, psicomotor e social. Vale destacar nesse processo a necessidade emergente e urgente de diretrizes para uma sólida formação do profissional da educação tendo como enfoque, as relações étnico-raciais.

O direito à educação, assim como prevê a Constituição Federal de 1988, é como um instrumento para o desenvolvimento humano, por isso, deveria considerar todos sem restrições étnicas, políticas ou religiosas. Entretanto, infelizmente evidenciamos práticas educativas que não deveriam está centrada “em alguns”, pois, acabam privilegiando alguns poucos e discriminando a maioria, portanto, devemos levar em consideração a população brasileira que em sua maioria são negr@s.

Nessa perspectiva, faz-se necessário repensar a estrutura educacional, do ponto de vista da prática docente, da escola como espaço de reprodução ou transformação, e de como essas relações são transmitidas para @s alun@s negr@s. Ao problematizar as questões relacionadas à inclusão, permanência e continuidade no sistema educacional da população negra brasileira, das séries iniciais até o ensino superior, os dados indicam um quadro significativo de desigualdades, em relação aos brancos, que crescem as possibilidades da população negra ascender socialmente.

De acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 80% do 10% mais pobre de brasileiros são negros e isso implica diretamente nos baixos índices de estudantes negros, pois diante dessas condições, esses/as alun@s são pressionados/as, cada vez mais cedo, a desistir da escola e ingressarem na esfera do trabalho. Evidentemente que esses não são os únicos aspectos da não inclusão e permanência desses estudantes, visto que as relações estabelecidas no interior das escolas também contribuem para a desconstrução da autoestima intelectual dos alunos negros e para sua a desistência.

As políticas de ação afirmativa no campo educativo para a população negra. Nesse caso, a lei 10. 639/03 não precisaria ser consideradas pelo viés histórico, ou seja, uma análise que desconsidera todo processo construído ao longo dos anos pela população negra, e também, pela população branca que se compromete com eliminação do preconceito, do racismo e da discriminação nos espaços sociais. O ensino necessita ser pensado de forma antirracista, objetivando o processo de aprendizagem tanto da população negra, quanto da população branca. Segundo Fanon,²⁶ os descendentes dos opressores de ontem não necessitam ser apreciados pelas atitudes de seus ancestres. Porém, possuem a encargo moral e politicamente

²⁶ FANON, 1979, p.12,

pela reprodução das ações discriminatórias que mantêm a população negra às margens da dinâmica social.

Entretanto, podemos compreender que as propostas de elaboração das licenciaturas que tem como função a formação de professores, para atuação da educação básica encontra-se fragmentado, no que diz respeito a disciplinas ou nível de ensino. Contudo, torna-se necessário uma educação pensada de forma globalizada e atual que dê conta de formar profissionais capacitados nesse mundo contemporâneo, gerando uma educação de qualidade e inclusiva para formação de alun@s, independente de gênero, raça, cultura ou classe social.

Assim, fica visível e pertinentes que se realizem reparos urgentes na formação dos professores que já atuam maiores investindo na formação continuada dentro das demandas da nossa sociedade, e para os vindouros uma formação homogênea que lhes dê os subsídios teoricamente necessários para atuarem de forma plena na formação do mundo moderno. Compreendemos claramente a urgência desses investimentos na formação de professores e formação continuada embora saibamos da sua existência. Podemos afirmar que não contempla a todos acarretando um ensino fragmentado e superficial.

Afirmamos que a formação é um fator imprescindível para colaborar para a superação das grandes dificuldades nesse processo de construção das identidades sem traumas e sentimentos de inferioridade. Entretanto, compreendo que a formação ofertada para o professor, no que diz respeito, às questões raciais é insuficiente para tratar dessas demandas e está extremamente longe do desejável, partindo da necessidade de uma formação adequada e consistente, que explane de forma apropriada todas as grandes contribuições trazidas pelo/a negr@ para o Brasil, e seu importante papel em todo processo de construção da história Brasileira.

Com o término desta etapa da pesquisa, foi possível afirmar que as escolas em estudo não estão contribuindo para formação da identidade negra d@s alun@; percebemos a baixa autoestima d@s alun@s negr@s além da negação de sua identidade étnico-racial, podendo assim afirmar a urgência de formação qualificada para toda comunidade escola, principalmente os professores em atuação. É evidente que a formação dos alunos não dependem única e exclusivamente dos professores, porém, o professor é um agente direto com @s alun@s, o mesmo se torna agente ativo e responsável nesse processo, sendo necessários maiores investimentos na formação de professores para que sejam bem preparados e

estejam aptos para o bom desenvolvimento da educação étnico-racial. A história dos afro-brasileiros precisa ser reescrita pelos negr@s de hoje, sendo pensada a partir dos grandes impactos significativos e benéficos causados no Brasil através dos afro-descendentes. Todo esse processo de empoderamento e formação da identidade negra precisa ser iniciada desde a infância.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis: Vozes, 2004a

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/ SEF, 2005.

BRASIL. Lei 9394 – 24 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BOURDIEU, P. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In:_____. **Escritos de educação**. Organizadores Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Anti-racismo na Educação Repensando nossa Escola**. São Paulo: Editora Summus, 2001.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. 2ed. Trad. J. L. de Melo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

FAZZI, Rita de Cassia, **O drama Racial de crianças brasileiras – socialização entre pares e preconceitos**, Rio de Janeiro. 2004.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Identidade Negra. Minas Gerais**. 2001. Disponível em:< <http://www.lettras.ufmg.br/poslit>>. Acesso novembro 2014.

GONÇALVES, Luís Alberto de O. **O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial: estudo acerca da discriminação racial nas escolas públicas de 1o. Grau**. Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado, UFMG, 1985.

HALL, Stuart. (2006). **A identidade cultural na pós-modernidade** (11ª. Edição). São Paulo: DP&A

ITANI, Alice. **Vivendo o preconceito em sala de aula**. In: AQUINO, Júlio Groppa. (Org.) **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 5. Ed. São Paulo, SP: Summus, 1998.

MANZINI, E.J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: eduel, 2003. p.11-25.

MOREIRA, A. f. e SILVA, T. T., **Currículo, cultura e sociedade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. -3. Ed.-Belo Horizonte: Autentica 2008.

MUNANGA, kabengele. **Uma abordagem conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação- PENESB-RJ, 5 de Nov.2003

MORIN, E. **Os sete saberes necessários á educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil**. Anais do XXXI. Congresso Internacional dos Americanistas.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **"As formas de silêncio: no movimento dos sentidos"**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1995.

PORTELLI, A. (1997a) **Forma e significado na História Oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. Cultura e Representação**. São Paulo: Projeto História, n.14, Educ.

REIS, Dyane Brito. **Para Além das Cotas: a Permanência de Estudantes Negros no Ensino Superior como Política de Ação Afirmativa**. Tese de Doutorado. Defendida junto ao Programa de Pós Graduação em Educação. PPGE/UFBA. 2009.

ROSEMBERG, F **Raça e desigualdade educacional no Brasil** In: AQUINO, Julio G.(coord.) **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

SANTOS, I. A **"A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos"**. In: Cavalleiro(org.) **Racismo e antirracismo na educação**. São Paulo: Summus, 2001.

SILVA, Tomás Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. 7ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Estudos Afro-brasileiros: africanidades e cidadania**. In: ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (orgs.). **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Apêndices

Apêndice A

CRONOGRAMA 2014/2015 – JARDELINA GARCIA SANTANA

Mestrado Profissional em Ensino de História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas.

MÊS	ATIVIDADE
MARÇO/JULHO 2014 I SEMESTRE	DISCIPLINAS: OBRIGATÓRIA/OPTATIVA (CRÉDITOS)
AGOSTO/SETEMBRO 2014 II SEMESTRE	DISCIPLINAS: OBRIGATÓRIA/OPTATIVA (CRÉDITOS) TIROCÍNIO
JANEIRO / FEVEREIRO 2015	I CAPÍTULO TEÓRICO CAP - METODOLÓGICO
MARÇO	TRABALHO DE CAMPO/ ANÁLISE DOCUMENTAL
ABRIL/MAIO/JUNHO	TRABALHO DE CAMPO OBSERVAÇÃO / ENTREVISTAS ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS
JULHO/AGOSTO	TRANSCRIÇÃO/ II CAPÍTULO TEORICO QUALIFICAÇÃO
AGOSTO/SETEMBRO	INTRODUÇÃO / CONCLUSÃO
OUTUBRO/NOVEMBRO	CAPÍTULO(S) REVISÃO ORIENTAÇÃO REVISÃO ORTOGRÁFICA/GRAMATICAL DEPÓSITO PARA BANCA AVALIADORA
DEZEMBRO	APRESENTAÇÃO DE TRABALHO FINAL

Apêndice B**CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Prezado (a),

Sou **Jardelina Garcia Santana**, discente do Mestrado Profissional em Ensino de História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL, Campus Cachoeira-Ba. Essa pesquisa tem como finalidade desenvolver um Relatório Científico, que consistirá como produto final do curso. O trabalho em pauta objetiva, “*Compreender e analisar em que medida as escolas municipais de Amargosa-Ba tem contribuído para formação da identidade ético-racial na perspectiva da lei 10.639/03*”. Este estudo será realizado por me, e terá a orientação do Professor Dr.º **Emanoel Luis Roque Soares**.

Pesquisadora
Jardelina Garcia Santana

Orientador
Emanoel Luis Roque Soares

Apêndice C

CARTA DE LIVRE CONSENTIMENTO DE ENTREVISTA

Prezado(a):

Esta pesquisa, "**O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA**": Análise da construção da identidade racial em uma escola municipal de Amargosa, será desenvolvida por meio da aplicação de entrevistas semiestruturada aos professores, e grupo focal com os alunos (as) e observações. Este estudo será realizado por me **Jardelina Garcia Santana**, e terá a orientação do Professor Dr.^o Emanuel Luis Roque Soares, docente do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, *Campus Cachoeira-Ba*. A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista que será gravada pela pesquisadora, e será utilizada como instrumento de coleta de dados da pesquisa. Estas informações estão sendo fornecidas para subsidiar sua participação voluntária neste estudo que visa, "*Compreender e analisar em que medida as escolas municipais de Amargosa-Ba tem contribuído para formação da identidade ético-racial na perspectiva da lei 10.639/03.*" Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso ao investigador para esclarecimento de eventuais dúvidas. Contato: Jardelina Garcia Telefone: (75) 8845-9027. Endereço eletrônico: jardagarcia10@hotmail.com. É garantida aos sujeitos de pesquisa a liberdade da retirada de consentimento e o abandono do estudo a qualquer momento. As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros sujeitos da pesquisa, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante. Fica assegurado, também, o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais da pesquisa, assim que esses resultados chegarem ao conhecimento do pesquisador. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Comprometo-me, como pesquisadora principal, a utilizar os dados e o material coletado somente para esta pesquisa.

Nome: _____ Telefone: () _____

Endereço: _____ Email: _____

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Pesquisadora
Jardelina Garcia Santana

Orientador
Emanuel Luis Roque Soares

Apêndice D

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA (ALUN@)

1-Qual a cor da sua pele?

Branco () Negro () Pardo () Amarelo () Indígena ()

Outro () Qual?_____

2-Se você pudesse mudar algo em você o que mudaria?

Por _____ quê?

—

3-Você acha que na escola existem tratamentos diferenciados por causa da cor da pele?

—

4-Você já foi vítima de algum tipo de brincadeira por causa da cor da sua pele?

Sim () Não () Qual?_____

—

5-Você sabe o que é discriminação? Sim () Não ()

Justifique:

—

6-Você sabe o que é preconceito? Sim () Não ()

Justifique: _____

—

7-Você já ouviu falar na lei 10.639/03? Sabe do que se trata?

—

8- Você vê imagens de crianças negras nos cartazes que são colados na sua escola?

Sim () Não ()

Essas _____ imagens _____ te _____ representam?

Por

quê?

9- Você já ouviu falar sobre a história da África? Sim () Não ()

10- Você conhece a história do negro no Brasil? Sim () Não ()

Justifique:

11- Quais as manifestações culturais de matriz africana que você conhece?

Apêndice E
ENTREVISTA (PROFESSORA)

Nome: _____

Função: _____

Idade: _____

Cor: _____

Sexo: _____

1-O que você entende por relações raciais?

2-O que você entende por preconceito racial/discriminação racial?

3-Como você acredita que a questão racial deve ser trabalhada?

4-Você conhece a Lei 10.639/03? Sabe do que se trata?

5-Como a lei 10.639/03 (Inclusão do ensino da história e cultura da África e Afro-Brasileira) está sendo trabalhada na escola?

6-Quais os principais entraves para que o professor trabalhe a lei 10.639/03?

7-Quis as principais dificuldades encontradas para trabalhar as questões raciais com as crianças?

8-A formação recebida contribuiu para o seu entendimento de como lidar com as questões raciais no seu cotidiano de trabalho?

9- Como você percebe as questões raciais no seu cotidiano de trabalho? E ao percebê-las, quais as atitudes são tomadas?

Apêndice F

ANALISE DOCUMENTAL

Projeto Político Pedagógico - Analisar em que medida

- O PPP descreve a população do local;
- Dialoga com a cultura afro brasileira.

Planos de aula – Observar em que medida

- Apresenta a discussão racial;
- Traz atividades que dialogam com a questão afro brasileira;
- Traz atividades que possam contribuir para a construção da identidade étnico racial.

Observar possíveis projetos elaborados por docentes que tenham a questão racial como foco.

Apêndice G

GRUPO FOCAL (Alunos/as)

1 Grupos de 12 estudantes

7 Meninas e 5 meninos

9 e 12 anos de idade

IMAGENS – CRIANÇAS DE DIVERSOS FENÓTIPOS

Pergunta 1- Com qual criança você se parece ?

Procedimento: A pesquisadora deve distribuir plaquinhas de sim e não entre as crianças. A medida em que for passando as imagens as crianças devem responder com que elas se parecem.

Pergunta 2- Conceito de beleza

Procedimento: A pesquisadora deve utilizar as imagens e pedir às crianças que digam qual daquelas é bonita. A pesquisadora ao perguntar o porquê da beleza, deve anotar as características sugeridas pelas crianças.

TERMOS E IDEIAS

Termos: Negro, Preto, Branco, Raça, Racismo, Preconceito, Discriminação.

Procedimento: Pedir a cada criança que anote as palavras que lhe vêm a cabeça ao ouvir determinados termos. A pesquisadora deve dar 2 minutos para cada escrita e ao completar o tempo, as crianças devem suspender seus lápis.

COMO A CRIANÇA SE VÊ

Procedimento: A pesquisadora pede a cada criança que descreva como ela se vê. Para isso cada criança deve utilizar 5 palavras.

MUDANÇAS EM VOCÊ

Procedimento: A pesquisadora deve solicitar às crianças que descreve duas coisas que ela gostaria de mudar em si mesma – corpo.

CARACTERÍSTICAS QUE GOSTA

Procedimento: Pedir às crianças que escrevam 2 características que mais gostam em si mesma.

ESCOLA

Utilizando as placas de sim e não responda as seguintes perguntas:

- 1-Você se vê nas imagens que o livro da escola traz?
- 2-Você vê imagens de crianças negras no livro da escola?
- 3-Você se vê nas imagens das atividades que a professora passa em sala de aula?
- 4-Você vê imagens de crianças negras nas atividades que a professora passa em sala de aula?
- 5-Você se vê nas figuras dos cartazes que são colados na sua escola?
- 6-Você vê imagens de crianças negras nos cartazes que são colados na sua escola?
- 7-Você se acha negro?
- 8-Você acha que na escola existem tratamentos diferenciado por causa da cor da pele?
- 8- Alguém já ouviu falar da lei 10.639?
- 9- Vocês sabem o que é discriminação?
- 10- Vocês já sofreram alguma discriminação na escola?